

Jornal da

unesp

Universidade Estadual Paulista
Agosto/89
Ano V — nº 40



Agência Folhas/Monica Vendramini



LIXO ATÔMICO

Especialistas brasileiros e estrangeiros debateram exaustivamente o tema, no 1º Simpósio Internacional de Legislação de Resíduos Nucleares e Perigosos, co-promovido pela UNESP.

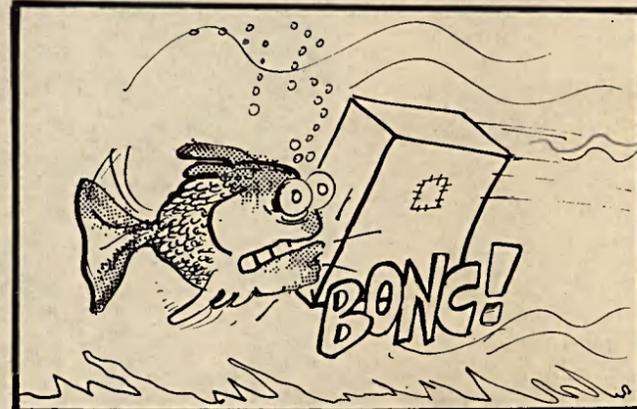
Páginas 4, 5 e 6

—ENTREVISTA—

A utopia da História Total, por Peter Burke

O historiador inglês, professor em Cambridge, fala da Nova História. Páginas 8 e 9

Pelicans



unesp

Universidade Estadual Paulista
Reitoria: Praça da Sé, 108 — CEP 01001 — São Paulo, SP.

Campus Universitários: Araçatuba, Araraquara, Assis, Bauru, Botucatu, Franca, Guaratinguetá, Ilha Solteira, Jaboticabal, Marília, Presidente Prudente, Rio Claro, São José dos Campos, São José do Rio Preto e São Paulo.

Autarquia Vinculada: Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" (Faculdade de Tecnologia — FATEC — de Americana, Baixada Santista, São Paulo e Sorocaba).

Outras Unidades: Instituto de Física Teórica (São Paulo) e Instituto de Pesquisas Meteorológicas (Bauru).

CONSELHO UNIVERSITÁRIO
Reitor: Paulo Milton Barbosa Landim
Vice-reitor e pró-reitor de Administração e Desenvolvimento: Arthur Roquete de Macedo

Pró-reitor de Graduação: Antônio Cesar Perri de Carvalho

Pró-reitor de Pós-Graduação e Pesquisa: Antônio Manoel dos Santos Silva

Pró-reitor de Extensão Universitária e Assuntos Comunitários: Carlos Ruggiero

Diretores das Unidades Universitárias: Acyr Lima de Castro, Antenor Araújo, Antônio Espada Filho, Antônio Carlos Massabni, Antônio Quelce Salgado, Bruno Mancini, Carminda da Cruz Landim, Cecílio Linder, César Piedade Júnior, Dinah Borges de Almeida, Flávio Abranches Pinheiro, Irineu Biscudo, Irineu de Moura, Jayme Wanderley Gasparoto, Joji Ariki, José Enio Casalecchi, José Ribello Júnior, Lourival Larini, Márcio Rubens Graf Kuchembuck, Marcos Alegre, Nélson de Araújo, Nélson Múrcia, Tatsuko Sakima e Telmo Correia Arrais.

Representantes Docentes: Almir Lima de Castro, Elcio Marcantônio, Jehud Bortolozzi, Manoel Lelo Bellotto e Roberto Ribeiro Bazilli (titulares); Anna Maria Martinez Corrêa, Antônio Carlos Busoli, Izidoro Antônio Pescinini, Maria Amélia Máximo de Araújo e Oisenyl José Tamega (adjuntos); Célio Raimundo Machado, Cláudio A. Rabello Coelho, José Perozin, Maria Cecília Mattoso Ramos e Paulo Magalhães Filho (assistentes doutores); Dib Ge-

bara, Maria Encarnação Beltrão Spósito, Myrna Therezinha Rossi Rego, Reynúncio Napoleão de Lima e Sérgio Amâncio Cruz (assistentes); Alfredo Alcântara Barreto, Mieke Kimura, Petrônio Massanobu Tanisho, Ronele Maria de Souza Pina e Silvana Aparecida Gregório (auxiliares de ensino).

Representantes Técnico-administrativos: Adauto Jose da Silva, Airton Camplesi, Benedito Carlos Piveta, Gessé Gerardi, João Pedro Pagotto, Jose Munhoz Fernandes, Luiz Gonçalves Rodrigues, Maria da Piedade Peixoto Santos, Marisa Nunes Galvão, Reinaldo Teixeira de Oliveira e Waldemar Pessoa da Cruz.

Representantes Discentes: Alexandre Salino, Audinei Carlos das Neves, Celso Meirelles Caseh, César Augusto Moreira, Francisco Sérgio Bernardes Ladeira, Júlio Sérgio Aires de Almeida, Márcio José Cicogna Gimenez, Maria Júlia Azevedo Gouveia, Ricardo Cirelli Neto, Roberto Sampaio Gândara Júnior e Sérgio Marrone Ribeiro.

CEETPS: Oduvaldo Vendrameto
FAESP: José João Auad Júnior
FIESP: Horácio Lafer Piva
FCESP: Abram Szajman

Jornal da UNESP

Editor responsável: José Roberto Ferreira (MT 17.039)

Editor: Paulo Velloso

Redação: Adriana Machado e Denise Pellegrini Montes

Editor de Arte: Celso Pupo

Produção: José Luiz Redini

Tiragem: 19.000 exemplares

Este jornal, órgão da Reitoria da UNESP, é elaborado pela Assessoria de Comunicação e Imprensa.

A reprodução de artigos, reportagens ou notícias é permitida, desde que citada a fonte.

Endereço: Praça da Sé, 108, 4.º andar (CEP 01001) São Paulo, SP, Telefone: 32-7755 e 32-7757.

Composição, Fotolito e Impressão: Cia. Editora Joruês.

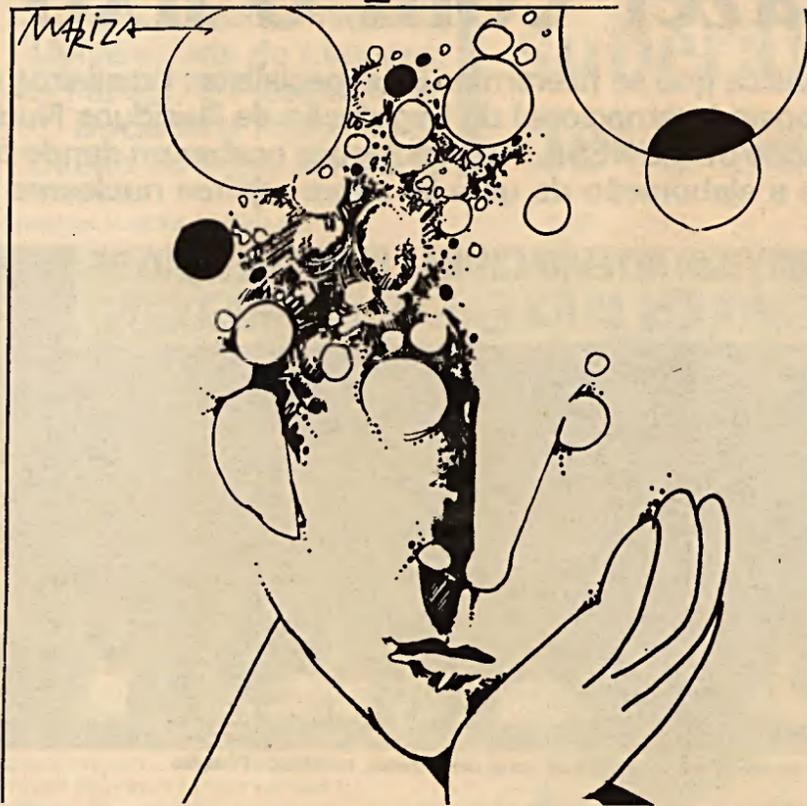
Universidade: profissão, cidadania

Com relativa surpresa, o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) foi constrangido a ouvir, na sua última reunião em São Luís do Maranhão, de viva voz, do titular da Secretaria de Ensino Superior (SESU) do Ministério da Educação, Edson Machado de Souza, a defesa, pura e simples, do fim do diploma como forma de credenciamento profissional. A idéia, que faz parte das propostas do governo federal para a nova Lei de Diretrizes e Bases a ser votada pelo Congresso Nacional até junho do próximo ano, supõe que todo indivíduo que se sinta qualificado, desde que submetido a um exame, poderá exercer a profissão escolhida. Desse modo, o diploma passaria a servir apenas como um atestado de conclusão de curso.

Somos frontalmente contra a anulação da necessidade do diploma para exercício profissional, sobretudo porque significaria admitir a falência da universidade como instituição de ensino habilitada a capacitar o cidadão para exercer seu papel na sociedade. Disso discordamos enfaticamente. A universidade teve, até hoje, como função primordial, abrigar os alunos por um certo período de tempo, durante o qual ela se obriga a fornecer-lhes uma formação nos mais variados campos do conhecimento, avaliando-os de modo permanente. Transcorrido esse tempo, julga suas condições e fornece-lhes um certificado de reconhecimento de sua capacitação profissional.

É preciso que fique claro que não somos contrário à possibilidade de que, depois da universidade, alguns conselhos de determinadas profissões, como a Ordem dos Advogados o faz, submetam os recém-formados a um exame qualificatório. Sobretudo porque acreditamos, e todo o esforço tem sido nesse sentido, que a UNESP tem formado profissionais com grande chance de se apresentarem e terem sucesso nesses exames, desde que, obviamente, julgados por uma banca cujos critérios de formação não sejam simplesmente corporativistas, mas que levem em consideração méritos de carreira. O que lamentamos é essa proposta ter partido, em primeira instância, de um representante do Ministério da Educação. Seja nos claro: é sabido que o Estado nestes últimos anos deixou de responsabilizar-se pela qualidade de ensino do país, permitindo a proliferação de faculdades particulares sem exigir-lhes os mínimos quesitos de qualidade e competência.

Atualmente, em cada 10 alunos que freqüentam o nível superior perto de 6 estão em instituições privadas e raras entre elas têm condições de realmente formar e avaliar seus alunos. Estamos, sim, sob esse ponto de vista, diante de uma situação de falência do ensino universitário. E o Estado, frente a isso, o que faz? Ao invés de enfrentar o problema, e refletir sobre a necessidade da melhoria da qualidade de ensino e implantação de critérios acadêmicos para



o credenciamento das escolas superiores, tenta sanar o mal abdicando mais uma vez das suas responsabilidades. Uma vez que falhou o Conselho Federal de Educação, o Governo tentará agora aparar as arestas já no final do processo, colocando o problema para o julgamento dos conselhos profissio-

nais. Somos capazes de admitir que os formados sejam submetidos a uma prova para o exercício de suas profissões, mas não podemos concordar que as pessoas que não tenham diplomas concorram com as mesmas chances. É de se perguntar — diante dessa situação de calamidade em que se encontra

o ensino de 3º grau — por que o Conselho Federal de Educação não estuda, por exemplo, critérios de escalonamento das faculdades por níveis de qualidade?

Além disso, é preciso também que se enfatize: não cabe às universidades, ao menos as públicas, a mera formação profissional. A obrigação da universidade é formar o cidadão para a sociedade civil. Da mesma forma que dentro da carreira militar é necessário que o aspirante a oficial estude e se submeta a provas para galgar a escala hierárquica, da mesma forma que na Igreja Católica, para um padre chegar a ser bispo é preciso que faça o seminário superior, não podemos conceber uma sociedade sem a universidade para a formação de seus quadros.

Quem forma a sociedade civil é a universidade e obviamente ela não pode estar voltada somente para o mercado de trabalho. Senão, corre o sério risco de nos submeter a um controle por parte da indústria, via órgãos de classe, a quem caberia, em última instância, ditar as normas de formação do cidadão. A universidade não é intocável e a sociedade deve dela cobrar competência. Porém, ela também deve ter autonomia para discernir como formar e como avaliar seus alunos fornecendo-lhes um diploma que dessa mesma sociedade tenha o devido respaldo.

Aprender e pesquisar

Duas auspiciosas inovações constam do recente Estatuto da UNESP: a regulamentação simultânea dos Conselhos de Curso e dos Grupos Acadêmicos. Inovações que deverão proporcionar mais um impulso às principais funções da Universidade.

As competências dos Conselhos de Curso valorizam, ao máximo, as questões de ensino, e ao mesmo tempo que devem diminuir também, ao máximo, a burocratização dos cursos. Subjacentes às novas orientações, encontram-se algumas idéias que envolvem até o papel do ensino superior no quadro atual. Mencionemos esta: por diferentes motivos, a universidade vem se transformando em instituições de massa; assim sendo, questões de ensino na Graduação, ganham prioridade. Ressaltemos, ainda, que o ensino é elemento que ocorre simultaneamente ao processo de iniciação à pesquisa, bem como constitui condição indispensável à plena formação do pesquisador. Talvez aqui esteja a chave que pode esclarecer porque alguns pesquisadores se tornam, basicamente, repetidores no seu campo do conhecimento, enquanto outros se transformam em inovadores.

Quanto aos Grupos Acadêmicos, seu propósito está claramente exposto: sem prejuízo das atividades de ensino — notar bem esta particularidade —, aos Grupos Acadêmicos cabe o desenvolvimento de linhas de pesquisa, de modo

que, com esse desenvolvimento, se processe, também, a formação de quadros de docentes-pesquisadores. Trata-se de dar maior força ao que vem ocorrendo de forma espontânea.

Há aí um novo componente: a identificação de grupos com capacidade de propor e de realizar trabalhos academicamente significativos, isto é, trabalhos ao mesmo tempo importantes e inovadores. Uma vez que, enquanto grupo, determinados docentes manifestam capacidade para assumir liderança acadêmica, especialmente em linhas de pesquisa, por isso mesmo não só serão mais estimulados como terão, à disposição, o necessário suporte institucional. Sob este aspecto — o do suporte institucional —, a UNESP deverá ampliar o serviço de intermediação para obter recursos em órgãos e instituições fora da Universidade, bem como deverá empregar recursos financeiros próprios para esse fim. Neste caso, duas fontes estarão disponíveis: a Reitoria e a FUNDUNESP.

Os Grupos Acadêmicos constituem excelente instrumento para congregarem especialistas não só de um Departamento, como de diferentes Departamentos de uma mesma Unidade Universitária, também entre Unidades Universitárias de diversos campus, sem excluir pessoal altamente qualificado de fora da UNESP. O que mais importa notar é que tais grupos devem com-

preender, preferencialmente, pessoal que, embora comprometido com os mesmos trabalhos acadêmicos, possui formação suficiente diversificada.

Partimos da suposição de que, na instituição universitária, todo bom ensino contém, de uma forma ou de outra, algo que pertence ao campo da pesquisa, enquanto que a pesquisa, de uma ou de outra forma, compreende alguma coisa que se refere ao ensino. Assim é (ou deveria ser?), mesmo sem qualquer apoio no dogma, vigente na legislação brasileira, da indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa. Para apresentar apenas um exemplo em cada uma das duas situações, é o bastante pensar, a propósito do ensino, a complexa tarefa de realizar a síntese didático-pedagógica dos conhecimentos a serem transmitidos, mais complexa, ainda, nestes tempos em que se verifica tanto o desmembramento de campos cada vez mais especializados como um acelerado ritmo no desenvolvimento do conhecimento, nos variados campos; e a propósito da pesquisa, basta pensar na repercussão que trará para o ensino (e, também, para o auto-ensino) a investigação sobre tema relevante, analisado nas suas múltiplas facetas por um grupo de pesquisadores com variada formação.

Aí estão desafios que afastam as almas pequenas, mas que servem para identificar as grandes.



O que fazer com o lixo atômico ?

Foi esta a pergunta básica que se fizeram os 37 especialistas brasileiros e estrangeiros presentes ao 1º Simpósio Internacional de Legislação de Resíduos Nucleares e Perigosos, co-promovido pela UNESP. As conclusões acabaram dando origem a várias propostas para a elaboração de uma lei sobre rejeitos nucleares

Dezoito anos após o início da construção da usina de Angra I e dois anos depois do dramático acidente com o césio 137 em Goiânia, as autoridades brasileiras, principalmente, ainda não conseguiram chegar a uma conclusão quanto ao transporte e armazenamento de resíduos nucleares e perigosos em seu território. Uma vez promulgada a Constituição Federal, é hora de se definir competências para a União, Estados e Municípios no controle dessa situação, com a votação, no Congresso Nacional, ainda neste ano, de um projeto de lei do Governo que dispõe sobre a seleção de locais para depósitos de rejeitos radioativos e sobre a responsabilidade civil por danos causados por esses rejeitos, entre outros pontos. Foi essa a espinha dorsal que norteou a realização do 1º Simpósio Internacional de Legislação de Resíduos Nucleares e Perigosos, de 18 a 20 de julho último, no SESC Fábrica Pompéia, em São Paulo, com promoção da UNESP, Centre International de Droit Comparé de L'Environnement (França) e Sociedade Brasileira de Direito do Meio Ambiente — Sobradima.

O evento reuniu 27 brasileiros, de diversos estados, e dez estrangeiros, vindos da Argentina, França, Alemanha Ocidental, Canadá, Bélgica e Estados Unidos especialmente para o evento. Os debates acabaram fornecendo subsídios para que a Sobradima pudesse redigir um documento contendo propostas para a elaboração da lei sobre rejeitos radioativos (veja quadro abaixo). Esse documento servirá de base para a elaboração de um anteprojeto que a entidade deverá enviar, em breve, ao Congresso.

Para o coordenador do simpósio, Paulo Affonso Leme Machado, professor de Política e Legislação Ambiental do Instituto de Biociências (IB) do campus de Rio Claro da UNESP, mestre em Direito Ambiental e Ordenamento Territorial pela Universidade de Estrasburgo, França, e também promotor de justiça no Estado de São Paulo, o grande mérito do evento foi discutir a matéria sobre rejeitos nucleares antes de o projeto ser votado no Congresso. "Com todos aqueles especialistas e uma platéia altíssima, exerceu-se, naqueles dias,



Transporte e armazenamento de resíduos: tema dos debates, no SESC—Pompéia

um direito à participação, fundamental para a melhoria do ambiente", afirmou o professor.

Em quatro conferências e sete painéis, foram enfocados durante o encontro temas como a participação das esferas federal, estadual e municipal no controle dos resíduos; o Direito Brasileiro e os de outros países; o papel do Judiciário, do Ministério Público e do procurador do Estado na defesa do meio ambiente no Brasil; e o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) aplicado aos resíduos nucleares e perigosos, entre outros pontos.

SITUAÇÃO ATUAL

A única norma geral brasileira sobre lixo perigoso, como explica o professor Paulo Affonso, é a obrigação de se efetuar EIA antes de se escolher um local definitivo para o depósito de rejeitos. "Não há nem mesmo uma legislação que impeça a mistura de lixo perigoso com o doméstico, nos lixões." Mercúrio, cianeto, chumbo, entre outros, são exemplos de metais perigosos utilizados pela indústria, cujos resíduos, de acordo com o professor, deveriam ser depositados embaixo da terra. "Mas isso só pode ser feito depois da realização de estudos cuidadosos, para que se evite a contaminação de lençóis freáticos", ele explicou.

A legislação federal diz que o lixo nuclear proveniente de instalações nucleares somente poderá ser legislado pelo Governo Federal. Estados e Municípios

podem atuar apenas sobre os resíduos provenientes do uso de radioisótopos — césio 137, mercúrio 197, iodo 131 e ítrio 90, por exemplo —, utilizados na agricultura e na medicina.

O professor Paulo Affonso defende também o princípio de que não basta apenas um bom Estudo de Impacto Ambiental. Para ele, isso é importante, mas insuficiente, já que muitas vezes a administração pública não tem técnicos capazes para examinar estes estudos. Como exemplo desse problema, ele citou um caso ocorrido em Piracicaba, em 1988, quando a Prefeitura local pretendia instalar um depósito de lixo perigoso no bairro de Água Santa. "Realizou-se, na época, um EIA, mas o promotor de justiça solicitou um contra-estudo ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE) do campus de Rio Claro da UNESP, que acabou revelando uma série de imperfeições no estudo anterior", lembrou o professor.

ANÁLISE DE RISCO

A reflexão que Julian Conrad Juergensmeyer, diretor do Growth Management Studies da Faculdade de Direito da Universidade da Flórida, fez durante o simpósio remete para conclusões parecidas. Para Juergensmeyer, o Estudo de Impacto Ambiental, positivo ou negativo, em si não basta. É necessário, segundo ele, incorporar-se a chamada "análise de risco". "Ao mesmo tempo em que



Bothe, de Frankfurt: transação internacional

se estuda as conseqüências ambientais de um depósito, por exemplo, deve-se prever também a possibilidade de uma catástrofe e quais os cuidados a serem tomados nessas circunstâncias", ele considerou.

O transporte de resíduos nucleares e perigosos entre um país e outro, com todos os riscos que isso implica, foi o tema sobre o qual discorreu Michael Bothe, professor de Direito Público, Internacional e Ambiental da Universidade J.M. Goethe, de Frankfurt, Alemanha Ocidental, um veterano na luta pela normatização de transporte transfronteiriço de "lixo nuclear". Foi através do esforço de um grupo liderado por Bothe, aliás, que se conseguiu assinar, em março último, na Convenção Internacional sobre Movimento Transfronteiriço de Resíduos Perigosos, realizada em Basileia, Suíça, um documento de normas de procedimentos para estes casos. "De certo modo, a nova convenção é revolucionária, já que significa uma nova forma de transação internacional", afirmou Bothe. Um dos pontos mais importantes da Convenção de Basileia, segundo o jurista alemão, é a necessidade da notificação, por parte das empresas exportadoras e importadoras de resíduos perigosos, a seus respectivos Estados. "Assim, o país que está para receber uma carga perigosa fica ciente do fato

Conduta negligente deve ser punida como crime

É evidente a inconstitucionalidade do projeto de lei sobre resíduos nucleares e perigosos do Governo, que será votado no Congresso Nacional provavelmente ainda este ano. É o que se depreende do documento elaborado pela diretoria da Sobradima-Sociedade Brasileira de Direito do Meio Ambiente a partir das conclusões a que chegaram os participantes do 1º Simpósio Internacional de Legislação de Resíduos Nucleares e Perigosos. De acordo com o documento, o projeto de lei governamental pretende, através de uma lei ordinária, transferir responsabilidades

aos estados e municípios sobre o armazenamento de seus rejeitos radioativos, quando a Constituição Federal é clara a esse respeito: "Essas unidades da Federação devem poder participar do controle dos rejeitos radioativos conforme suas possibilidades financeiras e organização administrativa próprias".

Ainda segundo o texto redigido pela Sobradima — na íntegra, sete itens dispostos em 26 linhas —, o projeto de lei é insatisfatório para prevenir danos resultantes da reposição temporária ou definitiva de resíduos radioativos.

"Reivindicamos a criação de uma administração dos rejeitos radioativos independente da Comissão Nacional de Energia Nuclear, porque esta é, absurdamente, juíza e promotora da energia nuclear no país". Para a entidade, a realização do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) deve ficar a cargo de um grupo independente, formado por diversos integrantes das universidades brasileiras.

Outra sugestão do documento diz respeito a normas científicas, fundamentais para a seleção, gestão e moni-

toramento dos resíduos radioativos, que devem constar no projeto de lei, "não se deixando para a Comissão Nacional de Energia Nuclear defini-los".

Finalmente, o texto pede a inclusão da criminalização de condutas negligentes "na conservação e operação de radioisótopos, para que se evite a repetição de acontecimentos como o de Goiânia", e propõe que "toda pessoa física ou jurídica que dê origem à produção de rejeitos radioativos deve ser co-responsável, com a União, criando-se um Fundo Nacional de Rejeitos Radioativos".



com a antecedência necessária”, argumentou.

Referindo-se à proteção do meio ambiente, através da ação civil pública, Antônio Araldo Dal Pozzo, presidente da Associação Paulista do Ministério Público e da Confederação Nacional do Ministério Público, afirmou que, embora o Ministério Público tenha ganho muitas atribuições tanto no âmbito federal como no estadual, isso não é suficiente. Segundo ele, é preciso que o promotor de justiça, em nível estadual, e o procurador da República, no federal, se organizem para que possam fazer um inquérito civil — instrumento básico da ação civil pública — em defesa do meio ambiente, já que têm o poder mas não dispõem de infra-estrutura para tanto.

Prova de que a ação civil pública pode ser eficaz na questão dos rejeitos radioativos apresentou-se dias antes do início do simpósio. Um navio proveniente do Porto de Roterdã, Holanda, carregado com uma carga de lixo tóxico (chumbo, cádmio, zinco e outros metais pesados), não rotulada como tal, chegou ao porto de Santos. Os estivadores, percebendo a periculosidade da carga, negaram-se a descarregá-la. Um grupo local de ambientalistas, aliado à CETESB, levou o caso à curadoria do meio ambiente de Santos que impetrou uma ação civil pública. Após averiguações técnicas da carga, que estava sendo importada pela Petroquímica, o juiz concedeu uma liminar impedindo seu desembarque.

O CASO DE GOIÂNIA

Mas o caso mais expressivo da inexperience e fragilidade brasileiras no tocante aos resíduos nucleares é mesmo o de Goiânia. Harlen Inácio dos Santos, presidente da Superintendência do Meio Ambiente de Goiás, relatou, no simpósio, a experiência de seu Estado quando do acidente com o césio 137. De acordo com ele, o Estado estava totalmente despreparado para um acidente como aquele e, o pior, mesmo depois da tragédia a situação continua a mesma. “Temos que conviver com 3.400 toneladas de rejeitos, que se encontram atualmente em um depósito provisório, em Abadia de Goiás, sem destino definido”, enfatizou.

As perdas humanas foram terríveis: quatro vítimas fatais, 22 pessoas consideradas incapazes e outras 116 que até hoje recebem assistência médica, odontológica e material da “Fundação Leide das Neves”. Harlen mencionou também os problemas econômicos pelos quais passou Goiás, com a queda da arrecadação de impostos devido à rejeição dos produtos provenientes até mesmo de cidades distantes de Goiânia. Segundo ele, persiste ainda entre os habitantes o trauma psicológico: “As pessoas não vêem um cachorro perder pelo sem pensarem que é o efeito da radioatividade, descartando a possibilidade de uma micose, por exemplo”.

Reportagem de Denise Pellegrini Montes (Colaborou Laura Carneiro)

Entrevista com Michel Prieur, diretor da Faculdade de Direito e Ciências Econômicas da Universidade de Limoges, na França, e Presidente da Sociedade Francesa de Direito do Meio Ambiente

Jornal da UNESP — Uma discussão que houve no I.º Simpósio Internacional e que fez parte do seu documento de resolução final diz respeito à questão da competência — governo federal ou governos locais — em relação ao controle do transporte e destino final dos resíduos nucleares. Como o senhor se posiciona em relação a isso?

Michel Prieur — No que concerne aos resíduos radioativos que oferecem perigo às populações, acredito que as decisões quanto a seu transporte e destino final devem ser necessariamente do governo federal, do Estado Central. É preciso lembrar que a tecnologia mais avançada conduz necessariamente à centralização, uma vez que exige gastos enormes e investimentos monopolizados. Além disso, envolvem esferas de caráter policial e militar. São questões, portanto, de âmbito do governo central. Essas particularidades, inclusive, inibem o florescimento e a utilização de energias alternativas, que na maior parte das vezes têm dimensões locais. A energia nuclear, por exemplo, só pode ser centralizada, pois, queiramos ou não, está diretamente ligada à defesa nacional.

JU — *Como o seu país, a França, trata o problema?*

Prieur — Nós fomos o primeiro produtor do mundo de energia nuclear, e lá nunca houve um de-

bate popular sobre a questão. As decisões sobre o destino dos resíduos nucleares sempre partiu diretamente do poder central — começou com De Gaulle — e foi sempre uma proposta autoritária.

JU — *Como a sociedade em geral e, em particular, as sociedades científicas, podem participar desse tipo de decisão?*

Prieur — A comunidade científica participa necessariamente de qualquer processo decisório, admita-o ou não. A energia nuclear não pode existir sem a responsabilidade dos cientistas, dos físicos, dos biólogos. Aí acontece uma conjunção de interesses: o dos cientistas, sempre tentados pelo refinamento e perfeccionismo das pesquisas, e a dos políticos, interessados cada vez mais na pesquisa da energia nuclear. É fácil constatar isso: a maior parte da subvenção para a pesquisa é dada para a pesquisa nuclear. O que acontece é que nem sempre os cientistas, muitas vezes voltados para a pesquisa pura em seus laboratórios, se dão conta da aplicação que possa ser dada a seu trabalho. Curie e Einstein, por exemplo, só se deram conta do que tinham feito muito tarde. É o que chamamos de os “aprendizes de feiticeiro”: eles fizeram grandes descobertas e depois botaram a mão na cabeça ao perceber o destino dado às mesmas.

JU — *Mas não se pode dizer que há unanimidade da comunidade científica mundial em relação à prioridade concedida à pesquisa nuclear...*



Michel Prieur: “A Terra é um bem coletivo”

A questão da soberania nacional deve ser revista

Lito Carneiro

Prieur — A solução é ter um esquema rígido de controle e vigilância para esses equipamentos e seus resíduos. Isso funciona muito bem na França e em outros países, onde tudo é muito bem regulamentado. Agora, se o acidente em Goiânia provou que não existia regulamentação nem mesmo para estas questões, o que não poderá ocorrer no tocante às centrais nucleares? No entanto, é preciso que se diga, existe no Brasil uma legislação ambiental muito mais moderna do que na Europa. Há, por exemplo, a possibilidade da ação civil pública para questões do meio ambiente, que dá ao juiz o poder de intervir, de fazer valer os direitos da população através de iniciativa das associações ambientais e do Ministério Público. É algo que não existe na Europa. Evidentemente, há outros setores, como o de resíduos radioativos, em que a legislação brasileira ainda está muito atrasada. Mas, a meu ver, não se trata de elaboração de novas leis, apenas: é mais uma questão de controle, de organização. Isto é, o problema não é a legislação, mas sim a sua aplicação.

JU — *Qual o papel da sociedade civil nesse caso?*

Prieur — Na Europa, as normas fixadas são fruto de uma negociação. Se a opinião pública se interessa muito pelo meio ambiente, terá seu peso na negociação e o poder público terá que escutá-la. Os movimentos associativos, a imprensa, os congressos, tudo contribui para forçar o governo a não ceder tanto ao poder econômico. Sem dúvida, sem essa pressão a legislação seria muito mais favorável às indústrias.

JU — *O senhor acredita que essa mobilização internacional, dos grupos ecologistas e de algumas personalidades isoladas, como o cantor Sting, em relação à causa indígena e amazônica, não pode na verdade se transformar em uma nova forma de colonialismo? É como se os europeus e americanos não acreditassem que a sociedade civil brasileira fosse capaz de se organizar sozinha e fazer valer seus direitos, pressionando o governo central.*

Prieur — A pressão internacional, a meu ver, não deve ser sentida desse modo. A noção de soberania nacional já não pode ser vista do mesmo modo como há alguns anos. Nós temos uma só Terra, e ela é um bem coletivo. É natural, portanto, que todo mundo se interesse pela Amazônia, por Venezuela, por Chernobyl ou pelas pirâmides do Egito. Não se trata de uma forma de apropriação, mas sim de se acentuar o valor cultural e natural, independente da soberania do Estado. O fato de cidades como Ouro Preto, Salvador e Olinda serem consideradas patrimônio mundial, não quer dizer que serão expropriadas pelos europeus. Por que não fazer o mesmo com relação às reservas naturais? Não digo preservar toda a Amazônia, mas uma parte dela. Ela é um patrimônio mundial, pois é única. Eu ficaria muito contente se alguém de fora me apoiasse em alguma questão francesa do meio ambiente. Coisa semelhante acontece com relação aos direitos humanos. É importante se fazer, hoje, um paralelo entre os direitos humanos e os direitos sobre o meio ambiente. Os efeitos políticos do meio ambiente transformaram-se em fatores de aproximação entre os povos. Essa é uma nova idéia que começa a se desenvolver.

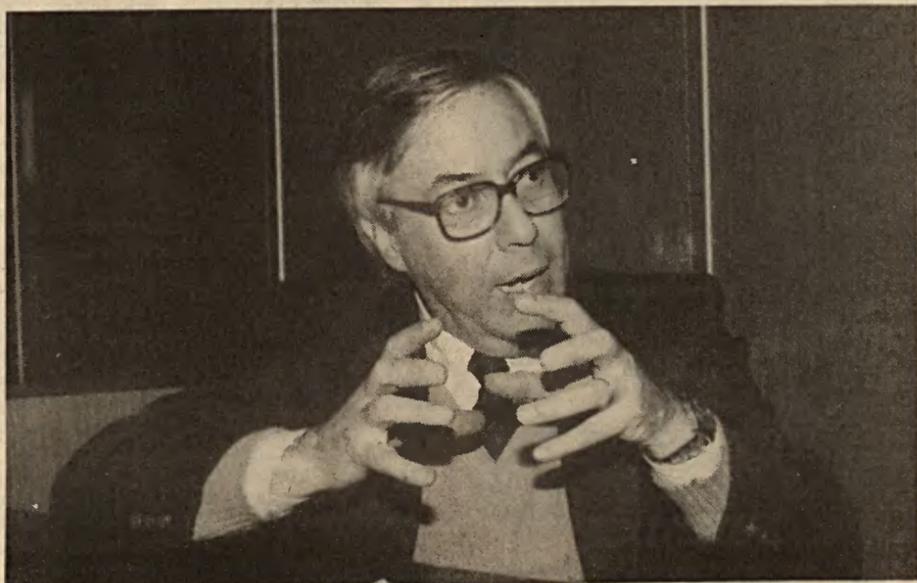
Entrevista a Sônia Goldfeder

JU — *Como agir no Brasil, onde não há nem mesmo o controle sobre equipamentos médicos que utilizam radioisótopos para diagnósticos e tratamentos, o que provocou, por exemplo, o acidente de Goiânia?*



Quem deve gerir os rejeitos nucleares?

Paulo Affonso Leme Machado



Paulo Affonso: por uma divisão de responsabilidades

O Presidente da República adotou, no último dia 5 de junho, a Medida Provisória n.º 64, alterando as competências da Comissão Nacional de Energia Nuclear — CNEN.

Entre outras atribuições, a CNEN tem a de expedir licenças e autorizações relativas a instalações nucleares. Uma medida provisória que venha após a Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, evidentemente deve incorporar em seu texto as novas regras constitucionais. Estranhamente, no licenciamento de uma instalação, com reator nuclear, como determina o art. 225, § 6.º CF, “as usinas que operem com reator nuclear, deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas”. Por que, então, o equívocado silêncio da nova medida provisória? Fala-se tanto que o Congresso Nacional não tem sido ágil na elaboração de uma legislação complementar à Constituição, mas, neste caso, é o próprio Poder Executivo Federal que deixa de propor a norma legal adequada.

Da mesma forma, não se adaptou a Medida Provisória n.º 64/89 ao dever do Poder Executivo de submeter as atividades nucleares à aprovação do Congresso Nacional, que, aliás, como prevê o art. 49, XIV CF, é da “competência exclusiva” do Poder Legislativo.

As medidas provisórias — que têm validade de 30 dias — só podem ser editadas se relevantes e urgentes (art. 62 CF). Ora, a CNEN já está estruturada na lei 6.189/1974. Qual a urgência para se excluir a matéria de um debate mais amplo e não circunscrito a 30 dias? Pede-se o debate para que os senhores parlamentares — dos quais não se exige currículo de cientistas nucleares — possam socorrer-se de outras opiniões que as dos integrantes dos quadros do CNEN.

Causa espanto que a CNEN chame para si, desde agora, a tarefa de “receber e depositar os rejeitos radioativos”,

quando os jornais noticiam que esse procedimento será discutido em projeto de lei enviado pelo Executivo ao Congresso Nacional. Qual a razão de não se esperar a discussão integrada do assunto dentro do próprio Congresso Nacional?

As Assembléias Legislativas dos Estados estão preocupadas em inserir, ou não, nas Constituições — que estão sendo elaboradas —, normas sobre a disposição de lixo radioativo em seus territórios.

De um lado, constata-se que a Constituição Federal disse competir privativamente à União legislar sobre “atividades nucleares de qualquer natureza” (art. 22, XXVI), mas de outro lado se formula a questão sobre a identidade de enfoque ilegal do lixo proveniente de uma instalação nuclear e os rejeitos provenientes de uma instalação chamada radioativa, em que os radioisótopos são empregados para fins medicinais, agrícolas e industriais. Vemos que Resoluções diferentes da própria CNEN tratam diferentemente esses materiais.

Pergunta-se, então: qual a razão de a CNEN centralizar a gestão de todos os rejeitos radioativos, conforme prevê a medida provisória analisada? Teriam os Estados um papel a desempenhar também na fiscalização das unidades que utilizam radioisótopos, que têm, ainda e de forma inegável, um aspecto ambiental? Avulta para todos a lembrança de Goiânia, e isso nos haverá de conduzir para um federalismo cooperativo, em que as responsabilidades sejam compartilhadas, assim como os recursos financeiros para fiscalizar e gerir esse material — que o homem nem sempre sabe dominar.

Paulo Affonso Leme Machado é professor de Política e Legislação Ambiental do Instituto de Biociências de Rio Claro (UNESP), promotor de Justiça, presidente da Sociedade Brasileira de Direito do Meio Ambiente e autor do livro *Direito Ambiental Brasileiro*.

Afinal, as centrais nucleares valem a pena?

Sâmia Maria Tauk

Após a tragédia de Hiroshima e Nagasaki, os cientistas conseguiram controlar a fissão do urânio e chegaram a falar até da “utilização pacífica da energia atômica”. Durante todos esses anos, foram citados pela imprensa inúmeros pronunciamentos contra ou a favor da energia nuclear. Porém, tanto aqueles que condenam as centrais quanto os



Sâmia Tauk: por uma participação conjunta da Universidade

que nelas vêm uma esperança de vida melhor para as gerações futuras, estão de acordo em um ponto: um reator nuclear deve ser objeto de cuidado extremo. Sua construção e seu funcionamento devem ser fiscalizados com atenção infinitamente maior e mais eficaz do que a dedicada a qualquer outra instalação industrial. No entanto, os mais ferrenhos adversários da instalação de centrais nucleares acreditam que nem mesmo essas precauções eliminam o problema.

Como definir exatamente os limites desse perigo?

Ainda existem muitas dúvidas quanto ao cálculo do risco da radioatividade para a saúde das populações, mas podem ser feitas algumas estimativas através de uma análise das estatísticas. Nos Estados Unidos são poucos os que negam as perspectivas de um aumento na incidência do câncer e, acima de tudo, os riscos de mutações genéticas. É preciso que se ressalte também a possibilidade do acúmulo de elementos radioativos no corpo humano, que podem provocar distúrbios orgânicos muito tempo após ter se iniciado o processo de contaminação. Os contestadores das centrais nucleares explicam que esse acúmulo de elementos radioativos tenderá a progredir com a rápida multiplicação dos reatores, que, salvo mudanças nos atuais projetos, chegarão a 1.800 unidades, em todo o mundo, no ano 2000.

Uma coisa, porém, é certa: diversos elementos radioativos (emitidos pelas centrais nucleares ou através de seus resíduos) concentram-se nas cadeias alimentares (que começam pela água, são assimilados pela planta e em seguida pelos herbívoros e assim por diante) — e, por conseqüência, chegam ao organismo do homem. Tudo isso devido a um fenômeno de substituição entre esses elementos radioativos e certas substâncias das quais o corpo humano tem necessidade constante. É o que ocorre, por exemplo com o estrôncio (elemento químico radioativo que pode estar concentrado em determinados resíduos), cuja estrutura é

muito próxima à do cálcio. Certos alimentos, como o peixe, alguns legumes ou o leite podem conter traços de estrôncio que, “confundidos” com o cálcio, acabam por se fixar nos ossos. Esse, porém, é somente um exemplo.

No tocante aos resíduos, ninguém criou ainda uma solução satisfatória para, se não eliminá-los de todo — já que isso seria impossível — pelo menos armazená-los com segurança. De modo geral, tem-se constatado que esses detritos devem permanecer imersos durante uma média de três meses no que se chama “piscina de refrigeração”, até que percam calor suficiente para poderem ser manipulados. Em seguida, os resíduos são levados para uma área de estocagem ou usina de acondicionamento em caminhões especiais, dotados de câmaras blindadas e refrigeradas, de 60 toneladas, e projetados para resistirem a quedas de até 10 metros e a incêndios de meia hora. Feito o transporte, porém, o problema ainda não está resolvido. Afinal, onde depositá-los?

Na França, os ecólogos conseguiram, finalmente, que os resíduos não fossem mais depositados no mar, principalmente nas fossas profundas do Atlântico, como antes se fazia. No Brasil, cabe perguntar: já existem respostas adequadas, ainda que não ideais, para os resíduos atômicos?

O que há, na verdade, é uma defasagem muito grande entre a vontade de se instalar novas centrais nucleares e as respostas sobre os efeitos diretos e indiretos das mesmas sobre a população e o ambiente.

A Universidade deverá despertar para uma ação conjunta, evitando a apatia geral que hoje existe sobre a atuação governamental resultante de estudos de comissões (?), nas quais a ausência de representantes das Universidades vem sendo notada.

Sâmia Maria Tauk é professora-adjunta do Departamento de Ecologia do Instituto de Biociências do campus de Rio Claro.

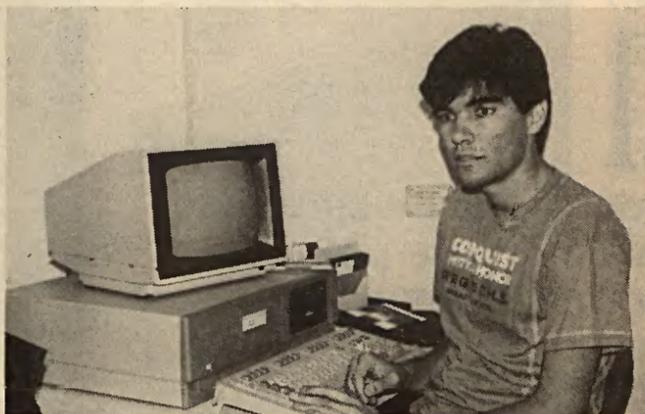
INFORMÁTICA

Programa "inteligente" desvenda moléculas

Pesquisadores do IQ de Araraquara criam um verdadeiro montador de complexos quebra-cabeças

Um grupo de pesquisadores do Instituto de Química da UNESP, campus de Araraquara, apresentou há pouco, na 42.ª SBPC, um programa de computador "inteligente", capaz de reduzir de vários meses para apenas alguns minutos o trabalho que os químicos precisam fazer para descobrir como é, em detalhes, a estrutura molecular de qualquer substância de interesse médico ou biológico, extraída das plantas.

O trabalho começou a ser realizado em 1985, com as professoras Maíza Furlan e Márcia Nasser Lopes, do Departamento de Química Orgânica, Jean-Pierre Gastmans, do Departamento de Física e Química do campus de Guaratinguetá, e Vicente de Paula Emerenciano, do Instituto de Química da USP. Há dois meses, a equipe passou a receber a contribuição da professora Denise Laura Fromanteau Gasmans, também do IQ — Araraquara. "A idéia inicial era montar um banco de dados com informações físico-químicas de substâncias naturais, que facilitaria a determinação estrutural dessas substâncias", conta a professora Maíza Furlan.



Borges: "O programa vai aprender com seus próprios erros"

Mas o projeto foi se avolumando até chegar a um ponto em que todos os dados físicos das plantas das famílias de angiospermas (plantas mais evoluídas) estavam contidos em um só banco de dados, o que permitiu a detecção de "aberrações" dos dados — isto é, de erros de atribuição. A professora conta que o programa já encontrou, inclusive, alguns erros na literatura específica.

Nesta fase, a equipe percebeu que poderia incrementar o programa. Surgiram, então, subprogramas não apenas para checagem de dados, mas um estudo mais detalhado acerca da estrutura química das moléculas isoladas

das plantas para estimar dados que caracterizavam cada uma das classes das substâncias naturais. Assim, mesmo que um pesquisador encontre uma substância inédita, o computador fornece subestruturas que, junto com os dados já conseguidos, facilita a estruturação de substâncias ainda não encontradas no banco de dados. O programa, a partir desta fase, foi melhorado ainda mais, com a adição de dados botânicos das plantas.

MONOGRAFIA

Os resultados das pesquisas foram apresentados à comunidade científica em julho último, na 42.ª reunião da SBPC, pelo aluno João Henrique Gião Borges, que redigiu uma monografia que tem, como proposta, um estudo sistemático de determinada classe de substâncias naturais, os diterpenos. Borges teve, como orientadores da monografia, os professores Jean-Pierre Gastmans e Maíza Furlan. Nesse trabalho, o estudante estimou, em cada série dessa classe de substâncias, seu padrão de oxidação, deslocamento químico e outras características.

Borges, que pretende continuar nessa linha de pesquisa durante a pós-graduação, acha que as informações constantes de sua monografia deverão ser úteis a curto prazo, servindo a outros pesquisadores. E, a longo prazo, servindo à medicina, já que agiliza o tempo necessário à determinação do princípio ativo

de plantas para a fabricação de medicamentos. Até agora, os químicos de produtos naturais, os farmacêuticos e os químicos que trabalham em laboratórios onde essas substâncias são "fabricadas" sinteticamente, depois de enfrentarem exaustivos procedimentos laboratoriais para determinar as propriedades das substâncias, ainda precisam debruçar-se durante meses sobre seus dados, até chegarem à verdadeira estrutura da molécula.

QUEBRA-CABEÇAS

O programa dos pesquisadores é, na verdade, um ágil montador de complexos quebra-cabeças, pois a determinação da estrutura de uma molécula não implica saber somente de que tipo de átomos ela é composta, nem só a proporção de cada tipo. É preciso saber principalmente como esses átomos estão arranjados no espaço. "Quando o computador não consegue armar o jogo todo, ele fornece três ou quatro partes isoladas e diz, aproximadamente, como cada uma delas deve se juntar às outras e qual o tipo mais provável de ligação entre elas", explica Borges. Outra grande vantagem apontada por ele é a capacidade que o programa tem de se auto-alimentar a cada nova descoberta. "Ele está quase no ponto de começar a aprender com seus próprios erros", acredita o aluno.

Assunção Cristóvão

MEDICINA

Descoberta pode alterar tratamentos em ortopedia

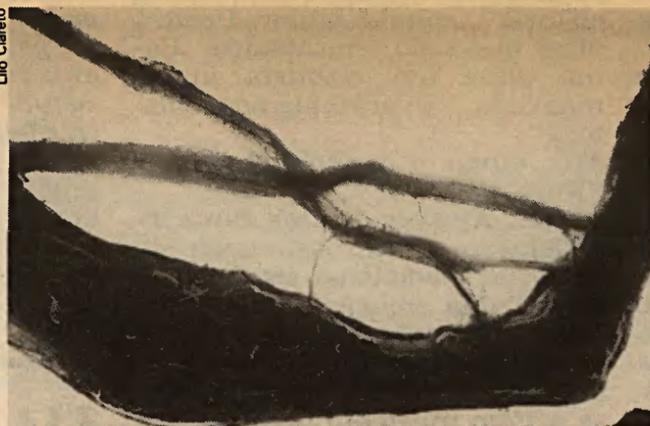
Há vários séculos o cão vem mantendo, imperturbável, o título de melhor amigo do homem. Além de ser um animal de estimação dos mais fiéis e dóceis e um guarda eficiente, o cão colabora com o homem até mesmo no avanço da medicina, prestando-se como cobaia em um sem número de experimentos. Mas, se levarmos em conta a teoria defendida pela professora Julieta Engracia de Moraes, do Departamento de Patologia Veterinária da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias (FCAV) do campus de Jaboticabal, essa situação pode se alterar. A descoberta da professora Julieta põe por terra um conceito sustentado por mais de cinquenta anos e largamente utilizado pela medicina, que define os tendões das patas dianteiras do cão como os mais semelhantes aos das mãos do homem e, por isso, os mais utilizados como base para técnicas de tratamento.

Em seu trabalho, "Presença de cartilagem em tendões flexores — Revisão do padrão histológico", a morfologista afirma que todas essas técnicas têm que ser revistas, já que está provada a existência de tecido cartilaginoso no tendão do cão e a ausência total de vasos em um de seus segmentos, fatos que o diferenciam significativamente do tendão humano. A pesquisa da professora foi iniciada a partir de um trabalho anterior, chefiado por Helton Defino, médico ortopedista da Faculdade de Medicina da USP de Ribeirão Preto, em 1985. Esse trabalho comparava duas técnicas de sutura em tendões flexores (responsáveis pelos movimentos das mãos) e usava como modelo o cão.

O trabalho mostrou que os tendões apresentavam um segmento em que havia ausência total de vasos, localizado na região do canal digital (estrutura cilíndrica por onde correm os tendões), fato que nunca havia sido comentado na literatura médica. A partir daí, a professora Julieta foi convidada por Helton para realizar um trabalho que possibilitasse uma melhor compreensão do fato. A dúvida surgiu, segundo a professora, porque, numa avaliação macroscópica, uma parte do tendão retirado do cão não apresentava a colo-



O trabalho da professora Julieta de Moraes (acima) comprova diferenças entre o tendão flexor do cão e o do homem (à direita)



ração preta causada pela tinta da China, injetada na artéria axilar do cão para justamente verificar a vascularização do tendão.

Julieta realizou um estudo histológico e empreendeu uma caracterização morfológica dos tendões flexores digitais profundos. "Estabelecemos uma relação entre os achados do primeiro trabalho e o padrão de distribuição dos vasos intratendinosos, para verificar se os vasos eram menos espessos que as partículas de carvão da tinta injetada, ou se não havia vaso mesmo", explica. "Os resultados mostraram que os tendões flexores digitais profundos da pata dianteira do cão não possuem um padrão histológico e vascular uniforme em toda a sua extensão, um fato que contraria conceitos clássicos dessa matéria", enfatiza Julieta.

"Observamos que os tendões apresentavam alterações simultâneas no padrão histológico e vascular, com a presença de cartilagem em seu interior, o que era desconhecido até então, e o que diferencia do tendão humano", afirma a professora. Segundo Julieta, a cartilagem é um tecido que não se regenera e, por isso, é preciso que os tratamentos aplicados ao tendão humano sejam revistos. Prova prática dessa diferença é que, embora

no homem a cicatrização ou regeneração do tendão seja um problema ainda não solucionado, nos animais é um problema sem cura. "Se um cão ou cavalo sofre um acidente desse tipo, são sacrificados, enquanto no homem, apesar de não haver o restabelecimento completo dos movimentos, a recuperação é possível", lembra. Por isso, segundo a professora, estudar técnicas de sutura em tendões de cão para, posteriormente, serem aplicadas ao homem é bastante questionável.

EM 1986, O PRÊMIO

O trabalho da professora Julieta de Moraes ganhou o prêmio Gastão Vidigal, outorgado pela Sociedade Brasileira de Ortopedia, na modalidade Pesquisa Básica, em 1986. Mesmo sem ter sido muito divulgado no Brasil (foi publicado apenas na Revista Brasileira de Ortopedia, em junho de 1988) ou no exterior, têm lhe chegado diversos pedidos de pesquisadores das áreas de ortopedia e cirurgia experimental, interessados em obter maiores informações sobre sua pesquisa. "Já sabemos que um pesquisador americano está desenvolvendo um trabalho similar, que inevitavelmente o levará às mesmas conclusões que o nosso, só que em nível molecular", diz Julieta. "Mesmo países como os Estados

Unidos, tecnicamente muitos anos à nossa frente e podendo realizar uma pesquisa em nível molecular, deixaram de ver e descobrir uma coisa básica como essa", ela pondera.

Segundo a professora, seu trabalho não visou dar soluções para o problema da inadequação do uso do cão como modelo experimental, e sim, fazer com que se repense esse modelo que vem sendo aplicado. Contudo, segundo afirma, os médicos resistem em aceitar esse fato: "Eles ficam perdidos porque, a partir dessa descoberta, não têm em que se basear, já que não se pode fazer experiências com seres humanos", argumenta.

Por isso, a professora Julieta está desenvolvendo uma segunda pesquisa, complementar à primeira. Este novo trabalho consiste em estudar o padrão morfológico dos tendões do homem e de outras espécies animais — coelho, galinha, macaco e cão —, também utilizados como modelo. O objetivo é discutir o uso de animais de diferentes escalas evolutivas para a aplicação das conclusões no homem. Segundo Julieta, os resultados preliminares sugerem uma especialização do tecido tendinoso de acordo com a evolução filogenética dos animais. "Répteis são menos evoluídos que aves que, por sua vez, são menos evoluídas que mamíferos", exemplifica a professora. Ela explica ainda que a galinha é menos evoluída e, em seu tendão, há mais cartilagem que no do cão. "À medida em que os seres vivos foram se especializando, os tecidos ganharam características morfológicas mais especializadas", conclui. Segundo Julieta, esta pesquisa ainda está no início e não há muitos resultados. Para ela, o ideal seria que houvesse uma integração maior entre as ciências aplicadas e a área básica. "Os profissionais envolvidos com essa matéria devem considerar a diferença descoberta e passar a estudar, junto com os morfologistas e cirurgiões experimentais, o tendão do homem e das outras espécies para poderem, juntos, avançar em direção a novos conhecimentos", finaliza.

Denise Pellegrini Montes



PETER BURKE

A utopia da História Total

“Uma história de tudo, das crianças, dos odores, da loucura, que diga respeito a todas as pessoas.” Esta a tarefa a que se propôs o inglês Peter Burke, ainda nos anos 50, quando mal adaptava-se à História ensinada na tradicional e circunspecta Universidade de Oxford. Hoje, aos 52 anos, professor em Cambridge, Burke parece ter-se reencontrado com sua antiga aspiração, a “Nova História”. E é justamente a respeito dela que discorre no curso que está ministrando na Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara e em boa parte desta entrevista, que concedeu aos historiadores Nilo Odália, Luis Koshiba e Nelson Shapochnik, todos da UNESP, e a Maria Celina de Oliveira, repórter do campus de Araraquara.

Jornal da UNESP: O que é e qual a importância da chamada “Nova História”?

Peter Burke: Acho que não se trata de um movimento unitário. É um movimento diversificado. É reação contra a historiografia tradicional. Historiografia tradicional no sentido de ser a história das elites. História Nova, ao contrário, é história de tudo. É história das crianças, dos odores, da loucura etc. etc. Utilizando todo tipo de fonte e salientando a história dos de baixo contra a história das elites. A importância dela é reconquistar um mundo novo para a história. Escrever um tipo de história que diga alguma coisa a todos e não só a alguns profissionais.

JU: A França é o único país onde a história é algo essencialmente popular. Há programas de televisão sobre história, dossiês etc. Tudo isso faz parte do movimento que projetou a “Nova História” francesa. O senhor está de acordo?

Burke: Sim. Mas, apesar disso, acho que a “Nova História” ainda não existe na França. Ela ainda vai existir. Em outros países, como a Alemanha, os Estados Unidos etc. houve movimentos independentes na mesma direção. Os franceses tiveram a sorte de ter o movimento mais organizado, maior e mais influente, mas o movimento não era só deles.

JU: A História Tradicional tinha determinadas preocupações e a “Nova História” poderia ser intitulada — se parafrasearmos uma coleção da Editora Brasiliense — “Tudo é História”. Paul Veyne,

em seu livro *Como se escreve história?*, nomeia um capítulo que diz o seguinte: “Se tudo é história, a história não existe”. O senhor concorda?

Burke: Não vou dizer que “tudo é história”, como o editor. Prefiro dizer que tudo tem história. Como disse um cientista inglês marxista, “Everything has a history”.

JU: Como o senhor chegou à “Nova História”?

Burke: Através de uma certa insatisfação. Como estudante de História Tradicional estava buscando uma solução talvez marxista, talvez do tipo da História dos *Annales*. Quando descobri a história das mentalidades, eu disse a mim mesmo o que está nos cartazes da Coca-Cola: “É isso aí.”

JU: Quais foram seus orientadores teóricos?

Burke: Cristhoffer Hill, L. Stone, os grandes professores de História em Oxford e, talvez, o meu professor no colégio, Keith Thomas, que era muito jovem e, nos anos 50, não mostrou todas as suas qualidades. Agora é mais célebre talvez que os próprios C. Hill e L. Stone.

JU: O que a “Nova História” nega do grupo ou das gerações precedentes?

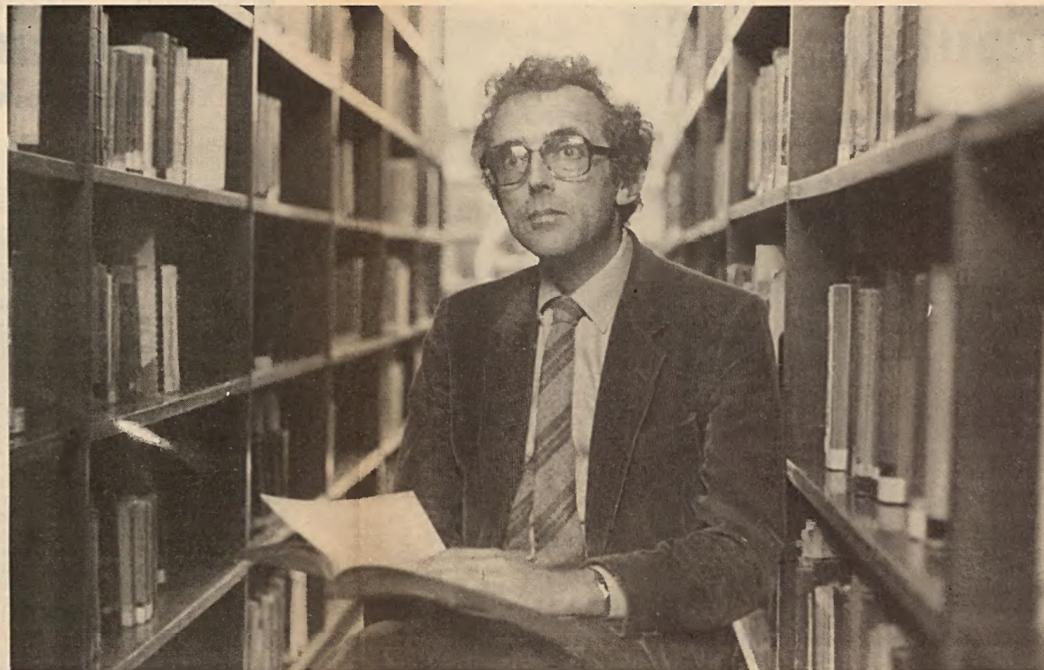
Burke: Acho que, sobretudo, o domínio, a tirania das estruturas materiais e sociais. É interessante estudar a linguagem de Braudel, as suas metáforas, sobretudo a “prisão”: a mentalidade como prisão. E isso, acho que a terceira geração dos *Annales* rejeitou muito fortemente. Mesmo um marxista como Vovelle não pode

aceitar esta metáfora de “prisão”.

JU: No que se refere à narrativa histórica, um dos elementos que tem atraído e cativado o público e essa nova dicção, essa nova forma de contar a história empregada pelos novos historiadores. O grande paradoxo é que essa discussão sobre a narrativa histórica não tem uma grande repercussão na historiografia francesa. O senhor poderia comentar algo sobre a nova narrativa e os problemas levantados pela historiografia anglo-americana, no que diz respeito à narrativa histórica?

“A importância da ‘Nova História’ é reconquistar um mundo novo, salientando a história dos de baixo contra a história das elites”

Burke: A meu ver, essa nova narrativa histórica ainda vai existir, agora está somente num estado de teoria. Essa nova narrativa pode ser a solução para um grande problema: como reconciliar a narrativa histórica com os estudos estruturais? Acho que há alguns historiadores de língua inglesa, escrevendo livros, tentando fabricar um tipo de narrativa que possa sustentar o peso das explicações sociais e estruturais. Por exemplo, um historiador inglês da Revolução Chinesa fez a tentativa de ligar a micro-história à macro-história. Ele usou a



Lio Claret

narrativa tradicional dos grandes acontecimentos e, ao mesmo tempo, no mesmo livro, incorporou as experiências da Revolução por parte dos homens e mulheres comuns que sentiam em sua vida privada a pressão dos acontecimentos. Isso é um modo de fazer uma nova narrativa, mas não acho que se deva imitar Kafka ou James Joyce. É noutro sentido que podemos achar essa reconciliação.

JU: Como o senhor analisa o trabalho de Gilberto Freyre?

Burke: Posso falar que sou um grande admirador do tipo de história que ele faz. Não sei se as suas interpretações são boas ou não. O que me impressiona, em primeiro lugar, é a abertura de Freyre nos anos 30. A história total, a história das mulheres, da linguagem etc. Ele demonstra uma grande sensibilidade.

JU: Qual o papel do marxismo em sua formação?

Burke: No final dos anos 50, para minha geração estudantil, em Oxford, o único modo de ser historiador social era passar pelo marxismo. Li e admirei Marx. O que nunca pude aceitar era o grupo que citava Marx como escritor sagrado. No começo dos anos 70 ficou mais claro que havia outros modelos de escola social, como, por exemplo, a escola dos *Annales*. Para mim, o encontro com estudantes latino-americanos em Paris e, depois, em Oxford, me deu consciência da importância dos *Annales*. E depois a descoberta da Antropologia Social, nos anos 60: Evans-

Pritchards, Lévi-Strauss, Bourdieu etc.

JU: Como foi preparado o curso que o senhor está ministrando na Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara?

Burke: Vou tentar falar, em dez palestras, um pouco de tudo no campo da história da Cultura. Não de tudo no campo da história econômica, política. Vou falar de micro-história, de história das mentalidades, de história do corpo, de problemas de narrativa na história e da redescoberta da história política.

JU: O que o senhor acha de alguns marxistas dizerem que a “Nova História” é uma vulgarização?

Burke: São os marxistas que estão mais interessados, mais ansiosos, se sentindo talvez mais ameaçados por esse tipo de “Nova História”. Gosto de dizer para os historiadores novos que a grande descoberta foi a importância dada ao trivial. Isso foi sinal de algo mais profundo, assim como o método de Sherlock Holmes, personagem genial do escritor inglês Conan Doyle. Os pequenos sinais possibilitam achar o criminoso. Então, os detalhes da vida cotidiana são sinais para se entender melhor toda uma cultura. Se eu quiser entender a cultura italiana, é melhor começar pelos pequenos detalhes. Essa é a importância do trivial. Por exemplo, a História dos gestos. Em outubro devo participar de um pequeno congresso, na Holanda, sobre a história dos gestos cotidianos. Acho que é importante não como fim em si mesmo, mas como meio para entender melhor

a cultura inteira. É isso que vou dizer no Congresso.

JU: Se o senhor fosse implantar um grupo de pesquisas, no Brasil, quais seriam os temas mais relevantes?

Burke: A história da cultura popular, para começar. E, depois, História Social da Linguagem. Como campo de pesquisas, aqui quase não há seguidores. É um campo ótimo para isso. Nos séculos XVI e XVII, houve interação da língua tupi-guarani com o português. Depois, interação com línguas africanas e, no século XIX, com os imigrantes alemães, italianos, interação com tudo isso. Como sou estrangeiro e só agora estou aprendendo a falar a língua portuguesa, talvez possa notar interessantes diferenças. Por exemplo: no Sul, todos dizem “tu”, e aqui, todos dizem “você”. Tudo isso é muito interessante e revelador das estruturas de hierarquias sociais. O uso do “tu” parece trivial, mas é

“O trivial é da maior importância. É a partir de pequenos detalhes da vida cotidiana que chegamos à compreensão de uma cultura”

sinal de alguma coisa mais profunda, por exemplo, de como penetrar nas relações sociais de um país estrangeiro. Também muito importante como campo de pesquisas é o carnaval e a história

da música nordestina, que fazem parte da cultura popular.

JU: Como o senhor se define como historiador?

Burke: Como historiador de sociedade da cultura e, sobretudo, das interações entre sociedade e cultura. Não nego a importância da história política e da história econômica. Mas o que me interessa mais é a história sócio-cultural. Concordo com Braudel, quando ele diz que é necessário fazer história total, mas acho que nunca será possível fazer história total. Como ideal é ótimo, mas temos que ter consciência que nunca poderemos atingir a verdade completa. Apesar disso, acho que não podemos viver como historiadores sem o ideal da história total.

JU: No que se refere à história do corpo humano, em que sentido o corpo pode ter uma história?

Burke: Acho que é um campo novíssimo e um dos mais interessantes nos últimos dez anos. A história da higiene do corpo faz parte das histórias das mentalidades. Em várias épocas teve repostas muito diferentes. No século XVI, nas cortes francesas, homens e mulheres de altas classes sociais desprezavam tomar banho. O que era importante era trocar a camisa todo dia. Talvez tomassem banho uma vez só como rito de iniciação no casamento. O governo espanhol proibiu os banhos porque os espanhóis fizeram parte da cultura muçulmana e era necessário erradicar essa cultura. O banho era um rito religioso herético. Então, há muito a dizer sobre a história do corpo, o porquê dessa preocupação com água etc. Acho que é muito importante não aceitar nossas regras e nossos preconceitos como universais. É importante problematizar e perguntar “como” e “por que” essas regras triunfaram no século XIX.

JU: Como foi a experiência de iniciar sua carreira profissional em uma universidade jovem, após ter se formado em Oxford, que tem novecentos anos de tradição?

Burke: Foi uma experiência muito interessante para um jovem estudante iniciar a carreira ensinando numa universidade sem tradição, depois de ter estudado numa universidade com mais de novecentos anos. Era um desafio muito grande. Tive muito mais liberdade. Todo mundo deve inventar coisas novas. Os professores assistentes tiveram mais liberdade em Sussex que um jovem professor jamais poderia ter na Inglaterra dos anos 60. Depois, foi interessante voltar a uma Universidade mais antiga com minhas idéias já estruturadas e, talvez, até mais rígidas, para resistir melhor às tradições e à História Tradicional.

RESENHA



Com erudição e transparência

Cultura Popular na Idade Moderna. De Peter Burke. Tradução de Denise Bottmann. Companhia das Letras, 385 páginas, NCz\$ 39,40.

Nada mais complexo e instigante do que se aventurar pelos intrincados caminhos da análise do que se convencionou chamar “a cultura popular” — conceito até hoje visto e revisto por sociólogos, historiadores e antropólogos. O historiador Peter Burke aceitou o desafio e em 1978 — quando a febre de se estudar “o povo” estava apenas engatinhando — publicou essa substantiva obra, que serviu de inspiração e guia para muitas outras que se seguiram.

Partindo da definição gramsciana de “cultura popular”, entendida como a cultura não-oficial, a da não-elite, a das classes subalternas, o estudo de Burke abrange da Irlanda aos montes Urais, da Noruega à Sicília, circunscrevendo três séculos (1500 a 1800), que vão dos primórdios da modernidade até o início da Revolução Industrial. E mergulha fundo nas atitudes e valores dos grupos de artesãos e camponeses, descrevendo o universo dos artistas profissionais de variedade, dos manuais, bufões e malabaristas, atores itinerantes e contadores de histórias, sem perder de vista as canções, histórias e representações teatrais das ditas “pessoas comuns”.

Sem se pretender a uma cobertura abrangente do tema, Burke nos apresenta uma pesquisa de fôlego invejável. O livro é, na verdade, uma série de nove ensaios sobre temas centrais ligados entre si, relativos ao código da cultura popular. Ele não se propõe a um estudo regional, e por trabalhar com fontes não-homogêneas, acabou, admite o autor, por receber em alguns momentos, uma abordagem impressionista. Percalços para o historiador, vantagem para o leitor. De uma erudição surpreendente, o livro de Peter Burke não resvala a nenhum tradicionalismo, é transparente, revela seus próprios passos e está longe de ser apologético. Uma obra fundamental para aqueles que queiram se inteirar sobre uma nova forma de se escrever a história, ou como preferem alguns, sobre a melhor forma de se fazer uma “Nova História”.

LIVROS

Radiografia de um país ameaçado

No final do ano passado, sob a presidência do professor Nilo Odália, foi instalado o Cebraef (Centro Brasileiro de Estudos de Formação para o Desenvolvimento), vinculado à UNESP. Na ocasião, foi realizado um simpósio denominado "Brasil — Desenvolvimento Ameaçado: Perspectivas e Soluções", que contou com a participação de figuras expressivas do mundo acadêmico e econômico.

As palestras e os debates foram reunidos em livro, que estará sendo lançado pela Editora UNESP no mês de setembro, com o mesmo nome do seminário. Ex-ministros, como Luiz Carlos Bresser Pereira e Mário Henrique Simonsen, professores universitários do porte de Octávio Ianni, Hélio Jaguaribe e Fábio Konder Comparato, entre outros, expuseram suas idéias sobre a atual crise brasileira e tiveram como debatedores jornalistas, educadores e economistas das mais variadas formações — entre outros, Clóvis Rossi, Jânio de Freitas, Aloysio Biondi, Luiz Werneck Vianna, Jorge Nagle e Luiz Gonzaga de M. Beluzo.

Enfeixados e apresentados sob a forma de livro, os textos acabaram por se transformar numa radiografia clara e profunda da sociedade brasileira em todos os seus aspectos, buscando uma abordagem abrangente e totalizante de seus problemas, desde as dificuldades de vencer o analfabetismo e a necessidade de uma reformulação jurí-



As origens do livro: simpósio promovido pelo Cebraef

dica até os problemas no tratamento da questão das dívidas interna e externa.

Os autores não se limitaram a realizar apenas mais um exercício de análise e diagnóstico, procurando, ao contrário, estabelecer as linhas gerais de políticas alternativas de atuação, tanto para o governo quanto para as forças sociais envolvidas na crise. E é este, sem dúvida, o ponto mais importante desses trabalhos: não se restringirem a simples exercícios de reflexão acadêmica.

DÍVIDA EXTERNA

Na opinião de Nilo Odália, os temas mais significativos dessa publicação são os relacionados à política econômico-financeira, destacando-se a problemática da dívida externa. No seu entender, se é verdade que, dada a conjuntura em que vivemos, os problemas dessa natureza ganham relevo em qualquer discussão que se faça, não é menos verda-

de que sua solução passa, necessariamente, por uma estratégia governamental que não os isole do contexto geral de nossa sociedade. "Querer solucionar as mazelas sociais brasileiras, da educação ao domínio tecnológico, dos transportes à saúde, da miséria ao empobrecimento crescente de extensas camadas da população, esquecendo que elas não são apenas o resultado desta crise, mas a consequência de políticas públicas mal endereçadas e criadoras de privilégios sociais, de um passado não tão recente, é incorrer em enganos e erros que nossa história registra abundantemente", considera o professor Odália.

Por contemplar essas preocupações, por sua abrangência, pela qualidade de seus participantes, *Brasil-Desenvolvimento Ameaçado: Perspectivas e Soluções* constitui-se em instrumento útil, indispensável até, para a exata compreensão da crise brasileira.

IDÉIAS

Alforria literária

Segregado também na literatura, o negro, como personagem ou criador, é o tema de estudos deste grupo acadêmico

Por mais que se procure em toda a história da literatura universal, dificilmente se encontrará um grupo tão injustiçado, vítima de tantos preconceitos, como os negros. Um pouco por esse motivo e também pela vontade não totalmente explicitada de se trabalhar com grupos minoritários e marginalizados, alguns professores do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas (IBILCE) do campus de São José do Rio Preto reuniram-se e resolveram criar, em 1985, o Grupo Acadêmico Interdepartamental, que tem como tema aglutinador justamente o negro e sua criação e representação literárias.

De acordo com o pró-reitor de Pós-Graduação e Pesquisa, Antonio Manoel dos Santos Silva, professor de literatura hispano-americana e literatura brasileira e um dos fundadores do grupo, a opção pelos negros como produtores ou como objetos na literatura se deu mais ou menos por acaso. "Poderíamos, dentro deste espírito, ter optado, por exemplo, pelas mulheres ou pelos homossexuais, igualmente tratados de forma preconceituosa por escritores de várias nacionalidades e épocas", ele afirma.

Reunindo docentes dos Departamentos de Letras Modernas, Letras Vernáculas e Teoria Linguística e Literária, o Grupo Acadêmico Interdepartamental tem atividades programadas para até 1995, ano em que se comemorará o tricentenário da República dos Palmares e da morte de seu líder, Zumbi. "Nós nos reunimos a cada quinze dias, durante quatro horas, para a discussão de algum trabalho ou livro", explica Antonio Manoel. "Além disso, promovemos pelo menos um simpósio por ano e, até 1995,



Machado de Assis: exemplo de resistência ao segregacionismo na literatura

cada um de nós deverá apresentar um trabalho de folégo."

PATERNALISMO

O objetivo básico do grupo é pesquisar todas as formas de representação literária do negro, como personagem ou criador, e cada um de seus integrantes ocupa-se com o estudo de determinado autor, época ou escola. Assim, vem sendo estudados escritores negros, como Cruz e Souza, Lima Barreto e Jorge de Lima, mulatos, como Mário de Andrade e Machado de Assis, e mesmo escritores brancos cujas obras abordem questões relativas à cultura negra, como o venezuelano Rômulo Gallegos, o cubano Alejo Carpentier ou os brasileiros Gilberto Freyre e Monteiro Lobato. "Quando se refere ao negro, o escritor branco geralmente o faz de maneira ou paternalista, compassiva, ou de forma depreciativa, preconceituosa mesmo", sustenta Antonio Manoel. Como exemplo de resistência a essa tendência segregacionista, o pró-reitor cita Lima Barreto e, em menor grau, já que fez isso de forma mais velada, Machado de Assis. "Em *Memórias Póstumas de Brás Cu-*

bas', por exemplo, não por acaso o personagem mais abjeto é justamente Cotrim, cunhado de Cubas, um traficante de escravos."

Além desses autores, o Grupo Acadêmico Interdepartamental estuda ainda as literaturas brasileira, norte-americana, hispano-americana, caribenha e africana e todas as maneiras como elas se relacionam entre si. Um desses estudos, "O Orfismo na obra de dois poetas contemporâneos: Jorge de Lima e René Philoctète", aliás, acabou transformando sua autora, a professora Maria Tereza de Figueiredo Negreiros, na única representante brasileira no II Congresso Internacional das Literaturas de Expressão Francesa, realizado em maio último, em Paris (veja quadro abaixo).

SEMINÁRIOS

Além de debater questões importantes ligadas à arte e cultura negras, o primeiro simpósio organizado pelos professores do IBILCE, no ano passado, acabou por fortalecer o grupo. "Antes vivíamos à margem da Universidade, e a partir desse encontro fomos integrados e tornamo-nos, finalmente, um grupo acadêmico", lembra Antonio Manoel. Outro momento importante para a continuidade dos trabalhos foi, ainda de acordo com o pró-reitor, a aprovação dada em 1987 pelos consultores de história do CNPq. "Dessa forma, ficamos mais próximos da nossa meta, que é a fundação de um Centro de Estudos Afro-Brasileiros dentro da Universidade", ele avalia.

O segundo encontro promovido pelo Grupo Acadêmico Interdepartamental, realizado entre os dias 15 e 17 de agosto, em São José do Rio Preto, teve como tema "O Negro na História e na Literatura" e contou com conferências, comunicações e mesas-redondas proferidas por sociólogos, historiadores e pesquisadores.

LANÇAMENTO DE DOCENTE

O brinquedo, num estudo sério

Afinal, qual brinquedo oferecer às crianças? Até que ponto o brinquedo feito em série limita a sua criatividade e livre expressão? Devemos insistir para que as crianças utilizem brinquedos artesanais, por mais que elas demonstrem preferir aqueles anunciados na tevê? É ou não prejudicial dar a elas brinquedos que imitem armas de fogo? Por que as crianças, geralmente, detestam os chamados brinquedos educativos? São essas — e muitas outras — as questões que Paulo de Salles Oliveira se esforça em responder neste pequeno e valioso trabalho.

Para o autor, professor de sociologia na Faculdade



Paulo de Salles Oliveira
O QUE É
BRINQUEDO
editora brasiliense

de Filosofia e Ciências do campus de Marília, o brinquedo é capaz de revelar muitas das contradições existentes entre a perspectiva adulta e a infantil. "Um

estudo do brinquedo permite uma incursão crítica ao solo em que se funda a sociedade e ajuda a entender a situação social das crianças em relação aos adultos", ele argumenta.

Dividido em capítulos como "Mistérios do brinquedo", "O artesanato do brinquedo" e "Industrialização e mercantilização dos brinquedos", *O que é Brinquedo* (Editora Brasiliense, 74 páginas, nº 138, da coleção Primeiros Passos, NCZ\$ 6,30) foi publicado originalmente em 1984 e chega agora à segunda edição, demonstrando que o número de pessoas interessadas pelo tema é maior do que, a princípio, se possa imaginar.

UNESP presente em colóquio francês

Visando resgatar a literatura em língua francesa praticada fora da França, o Centre d'Etudes et de Recherches sur les Civilisations, Langues et Littératures d'Expression Française promoveu, nos dias 18, 19 e 20 de maio último, o II Congresso Internacional das Literaturas de Expressão Francesa, na Université Paris XII — Val de Marne, em Créteil, Paris. O evento, intitulado "Orientations des Littératures Francophones depuis 1980", reuniu pesquisadores e escritores francófonos de 37 países, que debateram sobre as literaturas da África, Canadá, Caraíbas, Magrebe e dos países dotados de uma literatura francófona, como Bélgica, Suíça e Líbano.

Como única representante brasileira presente ao evento, a professora Maria Tereza de Figueiredo Negreiros, do Departamento de Letras Modernas do campus de São José do Rio Preto, apresentou o trabalho "Le thème de l'île dans la littérature haïtienne: un cheminement vers la prise de conscience littéraire", na sessão consagrada às Literaturas Antilhanas. A comunicação baseou-se na sua dissertação de Mestrado "O tema da ilha: três momentos em duas literaturas", que Maria Tereza defendeu em junho do ano passado sob a orientação do professor Antonio Manoel dos Santos Silva e com a supervisão do professor Maximilien Laroche, da Universidade Laval, de Quebec.

EVENTOS

Botucatu debate a agropecuária

O encontro terá a participação de 21 municípios

O Núcleo de Extensão de Serviços à Comunidade (NESC) da Faculdade de Ciências Agrônômicas (FCA), campus de Botucatu, promoverá, nos próximos dias 24, 25 e 26 de agosto, o I Encontro de Estudos sobre a Agropecuária na região de Botucatu. O objetivo geral do evento é ampliar e sistematizar o conhecimento sobre a agropecuária nesta região do Estado e, mais especificamente, evidenciar aspectos da sua estrutura agrária, assim como os problemas atuais do serviço de extensão rural.

Com forma de divulgar o encontro às administrações dos 21 municípios da região de Botucatu, o NESC realizou uma reunião prévia, no dia 7 de agosto último, que contou com a presença do secretário estadual da Agricultura e Abastecimento, Walter Lazarini, e de dez prefeitos. "Como há um plano da Secretaria para desenvolver a agropecuária na região, o secretário veio à reunião justamente para incentivar os prefeitos a participarem deste primeiro encontro", ressaltou o assessor técnico do NESC, João Emilio Filho.

A programação do encontro é a seguinte: dia 24, simpósio sobre o tema "Diagnóstico da região", onde serão tratados assuntos sobre o solo, clima, estrutura fundiária e relação de trabalho, produção agropecuária, hidrologia e condições de vida e saúde. Para o dia 25, estão programadas três mesas redondas: "Agroindústria na região de Botucatu", coordenada pelo professor da FCA, José Santo Goldoni, e com a participação



Problemas da região de Botucatu, debatidos no I Encontro de Estudos sobre a Agropecuária

de representantes de empresas agrícolas e de reflorestamento, "O serviço de extensão rural na região", com coordenação do professor da ESALQ/USP, Orivaldo Queda, e participação de representantes da Secretaria da Agricultura e cooperativa dos cafeicultores, e "Questão ambiental na região", com representantes de entidades ligadas à preservação do meio ambiente e coordenação do professor Antenor Pasqual, também da FCA.

No dia 26 haverá, pela manhã, comu-

nicações simultâneas para se debater "As potencialidades da região", abordando-se temas como horticultura, agricultura, piscicultura, ovinocultura, fruticultura, reflorestamento, defesa-fitosanitária e melhoramento de plantas. À tarde, no encerramento do encontro, haverá uma sessão plenária livre, para discussões gerais.

O evento estará se realizando na central de aulas da Fazenda Lageado, onde as inscrições poderão ser feitas até o primeiro dia do encontro.

Da genética à plasticultura

Ecologia, genética do comportamento animal, bioclimatologia, plasticultura e microbiologia do solo são alguns dos temas que serão debatidos em simpósios e *workshops* na Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias (FCAV), campus de Jaboticabal, neste segundo semestre.

O primeiro evento, "Ecossistema de Pastagens", programado para os dias 29 e 31 de agosto, tem por objetivo básico oferecer aos técnicos e produtores meios para a obtenção de maior produtividade sem agressão ao ecossistema. Entre outros temas, serão abordados neste simpósio o papel da pastagem na modificação da vegetação, a ecologia de plantas invasoras, a biologia e ecologia de pragas de pastagens, o desequilíbrio ecológico, a dinâmica da matéria orgânica em solos de pastagens e os aspectos biológicos e econômicos da adubação. Todas as palestras serão ministradas por pesquisadores, professores e estudantes de pós-graduação. Com coordenação da Fundação de Estudos e Pesquisas em Agronomia, Medicina Veterinária e Zootecnia (FUNEP), o simpósio "Ecossistema de Pastagens" será realizado no Centro de Convenções da FCAV, com taxas de inscrição a NCz\$ 100,00 (profissionais) e NCz\$ 80,00 (estudantes).

O segundo evento promovido pela FCAV e FUNEP, um curso sobre "Métodos de Pesquisa em Análise Genética do Comportamento Animal", também será realizado no mês de agosto (às quintas e sextas-feiras) e terá, como convidado especial, o professor Robert Murphy, da Universidade da Califórnia.

Ainda na área da genética, o campus de Jaboticabal promoverá, nos dias 10 e 11 de outubro, o simpósio internacional "Genética e Melhoramento de Aves", com palestras dos professores R. Shoffner, da Universidade de Minnesota, R. Gowe, da Shaver Poultry Breedings, Canadá, W. Fairfull, do Animal Research Center, Canadá, Hans Flock, da República Federal da Alemanha, Nigel Barton, da Escócia, e F. H. Benoff, da Universidade da Geórgia.

Plasticultura é o tema do primeiro simpósio nacional dedicado a situar a real importância do plástico na produção mundial de alimentos. Com a finalidade básica de promover o intercâmbio de conhecimentos entre pesquisadores e profissionais da área, este simpósio será realizado entre os dias 23 e 26 de outubro e terá, como convidados especiais, os professores Francisco Bretones Castillo, do Centro de Agricultura de Almérias, Espanha, e Rodolfo Cereguino, da Dow Química de Santiago, Chile.

No mês de novembro, finalmente, a FCAV e a FUNEP promovem o "II Workshop de Bioclimatologia Animal" e o "I Simpósio Brasileiro sobre Microbiologia do Solo". O primeiro evento será realizado entre os dias 8 e 10 e trará, dos Estados Unidos, o professor Le Roy Hahn, da U. S. Meat Animal Research Center. O segundo, a ser realizado entre 28 de novembro e 1 de dezembro, promoverá, entre outras, uma palestra com o professor Richard Bartha, da Rutgers University, dos Estados Unidos.

Professores romanos debatem antropologia

Os docentes Nicola Gasbarro e Gilberto Mazzoleni, da Universidade Degli Studi di Roma "La Sapienza", estarão em Araraquara, entre 29 de agosto e 2 de setembro, preferindo palestras dentro do curso de extensão universitária "Por uma antropologia do mundo clássico", que será ministrado de 24 de agosto a 16 de setembro, na Faculdade de Ciências e Letras (FCL) do campus de Araraquara. O curso será coordenado pelos professores Sílvia Carvalho, do Centro de Estudos Indígenas (Departamento da Antropologia, Política e Filosofia) e Alceu Dias Lima, do Departamento de Linguística.

De acordo com a professora Sílvia Carvalho, do ponto de vista acadêmico tem-se dado preferência a uma tradição francesa, em detrimento da escola italiana. "Sabe-se muito pouco dos estudos antropológicos e da história das religiões. E é justamente esta última que apresenta maior riqueza, com os trabalhos da escola de Roma", ela garante. Segundo afirma Sílvia Carvalho, os professores Nicola Gasbarro e Gilberto Mazzoleni tentarão mostrar a finalidade de uma antropologia histórica através de seis palestras, com temas como: "L'Esigenza di una archeologia del nostro sapere: L'etnocentrismo como método storico. II mito e la storia secondo la scuola di Roma."

As intervenções dos dois professores italianos terão tradução simultânea. Participarão também do curso o professor Haroldo Bruno, da FCL, e Neiva Ferreira Pinto, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).



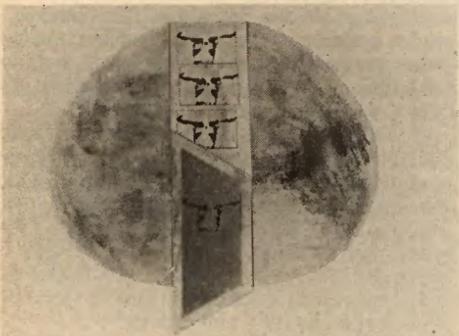
Percival Tirapeli, do IA: representação...

Deuses gregos, em viagem pela Universidade

Geralmente, depois de defendida, uma tese tende a cair no esquecimento. Não é esse o caso do trabalho de doutorado do professor e artista plástico Percival Tirapeli, do Instituto de Artes do campus da UNESP, em São Paulo. Sua obra, "Mitopoemas — uma proposta para oito mitos gregos", além de ter sido mostrada no Museu de Arte Contemporânea (MAC), no início deste ano, deverá percorrer agora quatro campus da Universidade: São José do Rio Preto (15/08), Araraquara (29/08), Botucatu (12/09) e Bauru (26/09).

Como "Mitopoemas" reúne várias telas, todas de grandes dimensões (retratando oito deuses da mitologia grega: Antígona, Apolo, Dionísio, Édipo, Eros, Vênus, Herácles e Teseu), que ocupam uma área de 400 m², Tirapeli irá exibir um vídeo, gravado na exposição do MAC, projetar slides, focalizando toda a obra, e também expor litografias que, segundo ele, são o resultado dos estudos iniciais para a preparação das telas. Essa exposição deverá permanecer uma semana em cada Unidade.

Toda a programação será acompanhada por uma palestra, proferida pelo próprio artista. "Pretendo desmistificar a idéia de que uma tese, principalmente na área das artes plásticas, não possa ser feita montando-se uma exposição", diz. O professor Tirapeli explica que, em sua obra, "os oito mitos estão representando as 24 horas da ação da tragédia grega: a escuridão, o amanhecer, a luz, o amadurecimento, o entardecer e, novamente, a escuridão".



...de oito deuses da mitologia grega

EXTENSÃO

Novo programa reativa campus avançados

A UNESP altera projeto e retoma os trabalhos nos campus de Humaitá e Vale do Ribeira

Embora temporariamente desativadas, principalmente devido à extinção da Fundação Projeto Rondon no início desse ano, as atividades de extensão de serviços nos campus avançados da UNESP, em Humaitá, interior da Amazônia, e no Vale do Ribeira, em São Paulo, devem ser retomadas dentro de, no máximo, dois meses.

Para o reinício dos trabalhos nestas duas regiões particularmente desassistidas do país, a Universidade promoveu algumas alterações na estrutura do programa. A principal delas foi a extinção do Grupo de Trabalho Universitário (GTUNESP), que coordenou as ações das equipes nos campus avançados desde sua criação, em 1984. A partir de agora, essa tarefa passará a ser de responsabilidade da Pró-Reitoria de Extensão Universitária e Assuntos Comunitários, que reduziu o número de programas de extensão de seis para três áreas: Saúde (Medicina, Odontologia, Farmácia e Enfermagem), Agropecuária (Agronomia, Medicina Veterinária e Zootecnia) e Recursos Humanos (nas sub-áreas sócio-econômica, educacional e tecnológica). Estes programas passarão a ser coordenados, respectivamente, pelos professores Clara Pechmann, Paulo Figueiredo e José Walter Canoas, que deverão apresentar seus planos de atividades até o final de setembro próximo.

UMA NOVA FUNDAÇÃO

Desde 1977, em Humaitá, e 1985, no Vale do Ribeira, a UNESP, em parceria com o Projeto Rondon, organizou a ida de estudantes dos mais variados cursos que, juntos a professores e técnicos da Universidade, desenvolviam nesses locais programas de extensão com o objetivo de melhorar as condições de educação, saúde e produção de alimentos, além de minorar os problemas de moradia e incentivar o lazer, o esporte e a cultura das comunidades.

O sucesso da experiência desses doze anos de atividades da UNESP em Humaitá acabou alertando as autoridades do governo amazense no sentido de resolver o impasse criado a partir da extinção do Projeto Rondon. Foi então realizada uma reunião em Manaus, em junho último, onde estiveram presentes o pró-reitor de Extensão Universitária e Assuntos Comunitários da UNESP, professor Car-



Humaitá, às margens do rio Madeira: 127 projetos desenvolvidos em 12 anos

Como chegar

Chegar ao campus avançado de Humaitá envolve sempre uma pequena aventura. Depois de um voo de oito horas, entre São Paulo e Porto Velho (Rondônia), enfrenta-se ainda uma viagem, por rodovia, de 280 quilômetros, e uma travessia de balsa sobre o rio Madeira. Localizado no centro de Humaitá, cidade com cerca de 70 mil habitantes, o campus avançado tem uma área total de 2.500m² (550m² de área construída). Lá, a UNESP desenvolveu 127 projetos ou atividades ao longo de

12 anos, deslocando, nesse período, 2.055 pessoas.

Sediado a dois quilômetros do Centro do Eldorado (350 quilômetros a Sudoeste de São Paulo, pela rodovia Régis Bittencourt, BR-116), o campus do Vale do Ribeira totaliza uma área de 127 mil m² (520m² de área construída). Em quatro anos de atuação nos 12 municípios que compõem o Vale do Ribeira (totalizando cerca de 200 mil habitantes), a Universidade executou 22 projetos.

los Ruggiero, representantes de outras universidades do Sul do país, que também atuam em regiões amazônicas, e do Ministério do Interior. "Nessa reunião foi aprovada a criação de uma Fundação Rondon do Amazonas, que, através de um corpo de assessoramento, irá avaliar os projetos a serem desenvolvidos nas regiões", conta Ruggiero. "A sugestão levada pela UNESP foi de que esta Fundação funcionasse à semelhança da FAPESP, gerenciando e financiando projetos."

Além da responsabilidade dos encargos que anteriormente eram atribuídos à Fundação Projeto Rondon, como o transporte dos estagiários e a manutenção dos campus, a futura Fundação deverá verificar a utilidade e necessidade social do projeto e também se ele

é tecnicamente adequado e economicamente viável. "As autoridades do Amazonas sabem que os recursos obtidos poderão ser melhor empregados com o apoio logístico das universidades do Sul. Elas dispõem de um 'know-how' que dificilmente o Governo daquele Estado poderá mobilizar localmente", justifica um dos coordenadores, professor Walter Canoas.

DESENVOLVER O VALE

No campus avançado do Vale do Ribeira, onde a UNESP está sediada na cidade de Eldorado, as ações de extensão de serviços também serão norteadas pelas três áreas de programas. Com um fato novo: a criação, pelo Governo do Estado de São Paulo, de um Conselho para o Desenvolvimento do Vale do Ribeira, onde estarão integradas cerca de vinte prefeituras, universidades, fundações,

secretarias de Estado, autarquias e empresas públicas.

"A partir dessa medida, nossos projetos no Vale poderão ter resultados muito mais significativos", avalia Carlos Ruggiero. "Além disso, a atuação da UNESP, no Vale, por não encontrar dificuldades de distância, como em Humaitá, deverá contar com projetos que não envolvam somente material humano da Universidade na prestação de serviços, mas também recursos mais abrangentes para o desenvolvimento da região." Com o pró-reitor, concorda o professor Canoas: "A partir da adoção dessa medida, poderemos, por exemplo, agrupar pequenos agricultores e ajudá-los na formação de cooperativas", ele afirma.

Adriana Machado

SERVIÇO

Plano de saúde pioneiro atenderá os três segmentos

Professores, funcionários e alunos receberão atendimento médico e odontológico gratuito

As unidades de Farmácia, Odontologia, Química e Ciências e Letras, que integram o campus de Araraquara, estão trabalhando em conjunto para implantar um plano de atendimento de saúde médico e odontológico, pioneiro na Universidade. Esse plano, que se destina aos professores, estudantes de graduação e pós-graduação e aos funcionários da UNESP, é extensivo aos respectivos dependentes com até 21 anos de idade.

De acordo com o professor Luís Roberto Toledo Ramalho, vice-diretor da Faculdade de Odontologia e também membro da comissão encarregada de viabilizar o projeto, o atendimento estará voltado para as áreas de clínica geral, ginecologia e pediatria e deverá suprir, nessa primeira fase, pacientes cujos casos não exijam especialidades. A princípio,

o atendimento será, portanto, de nível primário.

Para o início dos trabalhos, já foi realizado um cadastro de alunos, servidores e docentes, que será totalmente informatizado. "O plano está sendo iniciado em Araraquara porque temos aqui um campus complexo, que vai servir de modelo para que a experiência possa ser implantada em toda a Universidade", explica o professor Ramalho.

CORPO MÉDICO

Ainda não foi definida uma data para o plano entrar em vigor, pois isso depende da publicação do edital do concurso, através do qual serão contratados os profissionais necessários. O corpo médico será formado por dois clínicos gerais, um pediatra e um ginecologista. Haverá ainda uma enfermeira, uma assistente-social, dois dentistas e um corpo auxiliar. A comissão está procurando também um prédio que possa centralizar o atendimento médico e odontológico e, uma vez contratado o pessoal e alugada a sede, o plano será imediatamente posto em prática. "Pretendemos oferecer um serviço de padrão inatacável. Por isso, os concursos serão a ni-



Professor Ramalho: padrão inatacável

vel de excelência", comenta Ramalho.

Em sua fase inicial, o plano beneficiará cerca de seis mil pessoas. Mas esse número deve subir, já que, numa segunda e terceira etapas, a comissão pretende implantar o atendimento de nível secundário e terciário, isto é, passará a atender também casos que envolvam especialidades. "Estamos estudando se, durante a implantação do plano secundário, montaremos um serviço próprio ou se compraremos serviços médicos de terceiros", explica o professor Ramalho. "No plano terciário, poderemos fazer um convênio que envolva os hospitais universitários do Estado para que sejam utilizados em comum os recursos destinados a estas unidades."

O vice-reitor é pró-reitor de Administração e Desenvolvimento, professor Arthur Roquete de Macedo, coordenador geral do programa, considera iminente a implantação do plano-piloto. "A Reitoria espera colocar o programa em funcionamento ainda este ano", assegura. "E, provavelmente ao longo de 1990, estaremos estendendo este serviço aos demais campus da Universidade".

Efraim Silva, repórter do campus

Luiz Antônio Rocatelli

José Roberto Ferreira

VESTIBULAR

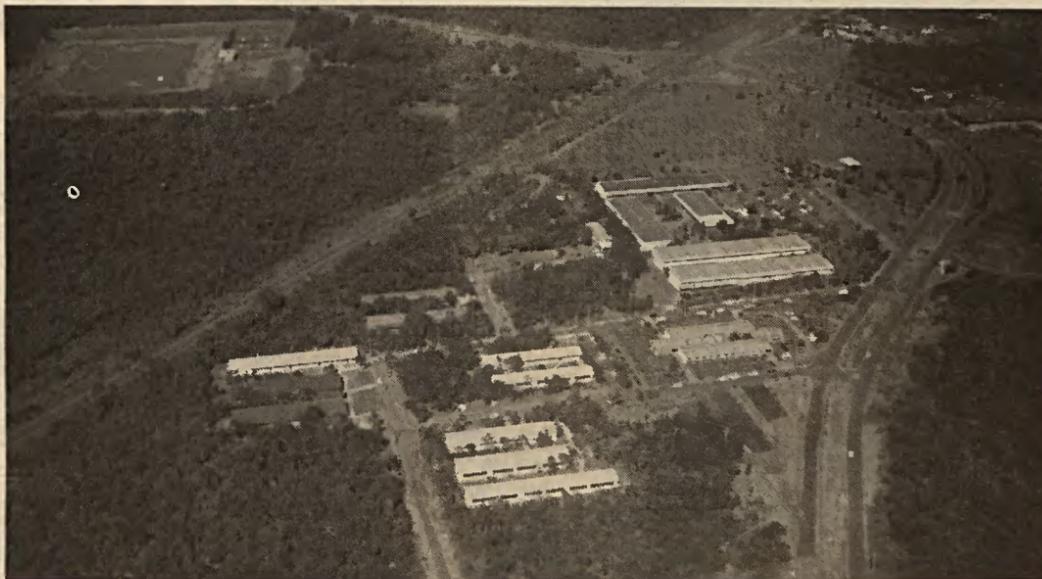
Universidade reduz número de vagas

A medida visa atender à real procura por cursos

A UNESP diminuirá em 13,68% o número de vagas oferecidas no próximo vestibular, passando de 4.875 para 4.208 vagas. O campus de Bauru foi o mais atingido pelas alterações, com oito de seus cursos tendo redução de vagas e outros doze sendo suspensos do vestibular de 1990. Os números de vagas para todos os cursos foram aprovados pelo Conselho Universitário (C.O.), em reunião do dia 27 de julho último, com base em estudos realizados pelas congregações de cada unidade e posterior análise do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária (CEPE).

Os cortes no campus de Bauru se devem principalmente ao fato de as vagas do último vestibular terem sido definidas pela então Universidade de Bauru, encampada pela UNESP em agosto de 1988, quando já haviam sido feitas as definições no restante da Universidade. "A redefinição de vagas em Bauru visa, sobretudo, compatibilizar os cursos com sua real procura e promover uma equiparação, em termos de qualidade de ensino, desse campus com o restante da Universidade", explica o pró-reitor de Graduação, professor Antônio César Perri de Carvalho.

Exemplos desse fato são os cursos de Licenciatura em Ciências, com habilitação em Biologia, Física e Matemática, da Faculdade de Ciências (FC). Além de terem, em média, apenas 37% de suas 260 vagas preenchidas, os cursos são os únicos de licenciatura curta oferecidos pelas universidades estaduais paulistas. Segundo o pró-reitor, a Reitoria tem interesse em transformar a antiga licenciatura curta em, provavelmente, três licenciaturas plenas — Ciências Biológicas, Matemática e Física —, o que será estudado por uma comissão formada por docentes de várias unidades. "Em atendimento a indicação e parecer dos Conselhos Federal e Estadual de Educação, não são mais cabíveis as licenciaturas curtas, principalmente em um estado como



Campus de Bauru, o mais atingido: cortes em oito cursos e suspensão em outros doze

São Paulo", diz. O professor afirma não haver mercado de trabalho para os detentores de licenciatura curta.

QUESTIONAMENTOS

A medida, contudo, não foi muito bem recebida na Faculdade de Ciências. Para a conselheira do C.O., professora Silvana Aparecida Borsetti Gregório, anteriormente do Departamento de Computação da FC e, atualmente, do Departamento de Biblioteconomia da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) do campus de Marília, a medida invalida a necessidade de existência da Comissão Especial: "Foi realizado um estudo pela Comissão Especial e ela decidiu apenas pela diminuição de vagas, pois havia a consciência de que o campus não comportava tantas vagas assim", explica. "Porém, chegamos ao C.O. e há a modificação. Então, até que ponto a Comissão Especial é necessária e válida?", questiona.

Para o diretor da FC, professor Lourival Larini, é evidente que a transformação de licenciatura curta para plena era necessária. Segundo acredita, porém, não era necessário suspender as vagas no vestibular deste ano: "O ideal teria sido apressar a mudança para que o curso pudesse ser oferecido já no próximo ano, sem ter que haver a suspensão das vagas no vestibular", argumenta. Quanto

aos docentes, o professor Larini afirma que, pelo menos, agora terão mais tempo para se dedicar à pesquisa. Sobre essa questão, o professor Perri esclarece: "Já estão ocorrendo transferências e contratações de docentes qualificados para o campus de Bauru, o que possibilitará àqueles que optaram pelo tempo integral não só se dedicarem às atividades didáticas como também à pesquisa".

Outras alterações quanto aos cursos da Faculdade de Ciências dizem respeito à diminuição de 60 vagas para 30, no curso de Ciências da Computação, e de 80 para 30, no de Licenciatura em Educação Física. Na Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (FAAC), as alterações foram em menor número: o curso de Arquitetura e Urbanismo passou de 60 para 40 vagas, o de Educação Artística, de 40 para 25, e o de Desenho Industrial, habilitação em Projeto do Produto, diurno, foi suspenso do vestibular de 1990.

CURSOS IRREGULARES

Na Faculdade de Engenharia e Tecnologia (FET), a situação também é delicada. Os cursos de Engenharia Elétrica, Mecânica e Civil tiveram suas vagas diminuídas de 80 para 60. O diretor da FET, professor César Piedade Junior, afirma que a redução foi conveniente. "Foi uma boa solução, pois há um número excessivo de alunos para as instalações que

temos aqui", lamenta.

Porém, o caso mais delicado da FET diz respeito aos cursos de Tecnologia. A modalidade Gerência, oferecida pela primeira vez em 1989, foi suspensa do vestibular. Tiveram o mesmo destino Tecnologia Agrícola, modalidade Mecanização, Tecnologia Civil, modalidade Edifícios, e Tecnologia Elétrica, modalidade Eletrônica, cursos que se encontram em situação irregular. "O primeiro passo com relação a esses cursos será sua regularização e, em seguida, a consolidação dos atos escolares dos alunos que os estão cursando", explica o pró-reitor. Segundo ele, é preciso dar valor legal ao histórico escolar, à proposta de curso e ao currículo junto à Reitoria. "Ao mesmo tempo", complementa Perri, "uma comissão será designada pelo reitor para analisar a conveniência sobre o oferecimento dos cursos de Tecnologia nos próximos anos". O diretor da unidade, por sua vez, aposta no breve retorno dos cursos ao vestibular. "Os processos de criação serão acertados e temos a expectativa de que, após o estudo da comissão designada pelo reitor, eles possam voltar ao vestibular já a partir de 1991", acredita.

OUTROS CURSOS

Tiveram suas vagas reduzidas ainda os cursos de Licenciatura e Bacharelado em Educação Física, do Instituto de Biociências (IB) do campus de Rio Claro, passando de 35 para 30 vagas cada um, e onze habilitações do curso de Música do Instituto de Artes (IA) do campus de São Paulo, totalizando 27 vagas a menos. Nenhum dos demais cursos tiveram o número de vagas ampliado, apesar de algumas congregações terem feito tal solicitação. Licenciatura em Pedagogia, noturno e vespertino, da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) do campus de Presidente Prudente, e Licenciatura em História, da Faculdade de História, Direito e Serviço Social (FHDSS) do campus de Franca, são exemplos desse caso. Apesar da solicitação, o CEPE e, posteriormente, o C.O., não aprovaram a ampliação.

Em 1990, já farão parte do vestibular três novos cursos: Licenciatura em Ciências Biológicas, da Faculdade de Ciências e Letras (FCL) do campus de Assis, Fonoaudiologia, da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) do campus de Marília, e Medicina Veterinária, da Faculdade de Odontologia (FO) do campus de Araçatuba, totalizando 85 vagas.

PRÊMIOS

Próxima parada, século XXI

Como parte dos eventos comemorativos do Centenário do Sistema Interamericano, a Secretaria Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), com a colaboração do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), instituiu o concurso "O Sistema Interamericano: Rumo ao Século XXI". Aberto a estudantes universitários dos Estados membros da OEA, o concurso concederá oito prêmios. O primeiro colocado ficará com três mil dólares, o segundo, com dois mil dólares, e o terceiro, com mil dólares. Serão concedidas ainda cinco menções honrosas, no valor de 250 dólares cada uma. Os três primeiros prêmios serão entregues em Washington, no dia 16 de abril de 1990.

De acordo com seus organizadores, o objetivo primordial do concurso é promover a tomada de consciência dos esforços envidados pelos países em matéria de desenvolvimento no contexto da cooperação interamericana e sua evolução, à medida em que nos aproximamos do próximo século. Assim, serão valorizadas as respostas criativas e práticas de como os países poderão alcançar, no sistema interamericano, uma presença eficiente e unida no início do século XXI. Os temas e a força de expressão serão definidos pelo participante. Dessa forma, os aspectos políticos, institucionais, financeiros, econômicos, so-

ciais, culturais, jurídicos ou tecnológicos são assuntos considerados válidos, desde que tratados com a máxima objetividade.

NORMAS

Os ensaios enviados deverão ser comprovados por fatos, quando forem utilizadas fontes históricas, e o candidato deverá justificar sua tese e os prognósticos que fizer em relação ao tema do concurso. Os trabalhos deverão ser adequados para publicação em qualquer país membro da OEA, inéditos e redigidos em espanhol, inglês, português ou francês e não ultrapassar cinco mil palavras. O candidato deverá indicar, na primeira página do ensaio, seu nome, endereço, universidade em que estuda e nacionalidade. Em folha separada, apresentará seus dados biográficos, nome, endereço e título. Cada aluno poderá concorrer com apenas um trabalho, e os originais não serão devolvidos.

Os trabalhos devem ser enviados entre os dias 2 de outubro e 2 de dezembro, ao seguinte endereço: Concurso de Ensaio Universitários do Centenário do Sistema Interamericano, Escritório de Coordenação, Secretaria-Geral da OEA, Sala 800-C, 1889 F St. N.W., Washington, D.C. 20006, Estados Unidos.

Aqui, o desafio é poupar energia

Projetar edifícios mais adequados ao nosso clima ou desenvolver melhores isolantes térmicos são apenas algumas das formas de se evitar desperdícios e afastar o sério risco de colapso no sistema elétrico do país. É para chamar atenção para este grave problema e incentivar pesquisas no setor que o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o Grupo Gerdau e a Fundação Roberto Marinho escolheram, como tema do Prêmio Jovem Cientista 89, "Conservar Energia — Um Desafio dos Anos 90".

Serão aceitos desde trabalhos de pesquisa sobre projetos de máquinas mais eficientes, lâmpadas mais econômicas e desenvolvimento de novos processos produtivos, até projetos de edifícios mais adequados ao nosso clima, desenvolvimento de melhores isolantes térmicos e melhor adequação de lay-outs industriais. Enfim, todo tipo de estudo voltado à conservação de energia. O prazo para as inscrições termina no próximo dia 30 de outubro.

Podem concorrer ao Prêmio Jovem Cientista 89 pesquisadores com até 35 anos e estudantes de nível superior com até 30 anos. A categoria "G" (Graduado) terá prêmios de NCz\$ 8.500, NCz\$ 5.000 e NCz\$ 3.000. Os vencedores da categoria "E" (Estudante) receberão, respectivamente, NCz\$ 2.000, NCz\$ 1.000 e NCz\$ 500. Estes valores serão reajustados até o mês anterior à data de entrega do prêmio, de acordo com o índice oficial do governo na época.

Fichas de inscrições e maiores informações podem ser obtidas escrevendo para o CNPq/Prêmio Jovem Cientista 89 (SEPN 507 bloco B — 2º andar, CEP 70740 — Brasília, DF) ou pelo telefone (061) 274.1155, ramal 222.

Desenvolvimento e solidariedade

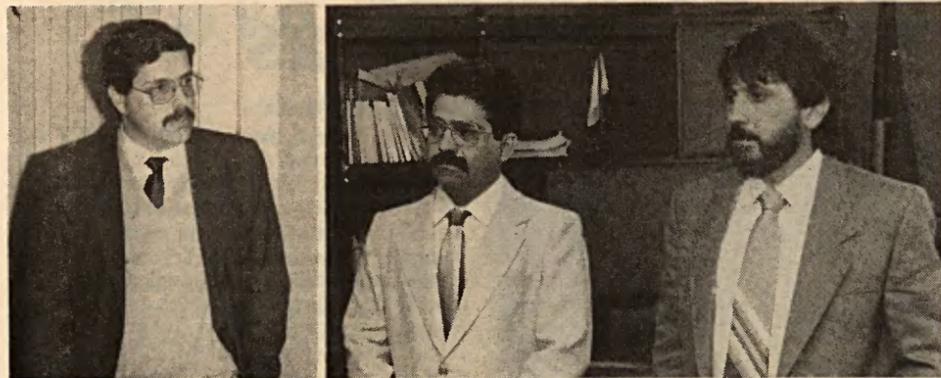
Destinado a recompensar as pessoas ou organismos de todo o mundo que tenham levado uma contribuição importante ao desenvolvimento do Terceiro Mundo ou estimulado a solidariedade entre os países industrializados e os países em vias de desenvolvimento, a Fundação Rei Balduino, da Bélgica, está promovendo o "Prêmio Internacional Rei Balduino para o Desenvolvimento".

Em sua sexta versão, o concurso, bianual, destinará um prêmio de 4 milhões de francos belgas (cerca de 100 mil dólares) aos vencedores, que deverão apresentar seus trabalhos individualmente. Estão habilitados a apresentar candidaturas as academias, os organismos regionais ou especializados e os professores e pesquisadores cujos estudos ou atividades correspondam aos objetivos do prêmio.

Instituído em 1980, o "Prêmio Rei Balduino" teve como primeiros laureados o pedagogo brasileiro, professor Paulo Freire, e o "Consultive Group on International Agriculture Research". Em 1982, o prêmio foi destinado ao dr. Ahangame Tudor Ariyaratne, do Sri Lanka. O veterinário britânico Walter Plowright foi o vencedor de 84, o "Internacional Foundation for Science (Stockholm), em 86, e o "Indian Council of Agricultural Research" (New Delhi), em 1988.

Os dossiês dos candidatos deverão ser enviados, impreterivelmente, até o próximo dia 30 de setembro, à Secretaria da Fundação Rei Balduino: Rue Brederode, 21 — B 1000 — Bruxelas, Bélgica. Maiores informações e o regulamento completo do prêmio poderão ser obtidos junto ao Consulado da Bélgica, à av. Paulista, 2073, São Paulo, ou pelo telefone (011) 287-7892.

POSSES



Professores Vane, novo vice da Medicina, e Corrêa e Araújo, de Ilha Solteira

Ilha Solteira e Botucatu renovam suas diretorias

No último mês de julho, duas unidades tiveram alteradas suas diretorias. No dia 19, foram empossados diretor e vice-diretor da Faculdade de Engenharia (FE) do campus de Ilha Solteira, respectivamente, professores Nélson de Araújo e Luiz de Souza Corrêa, que terão mandato até 19 de julho de 1993. Eles substituem Fernando Mesquita Lara e Paulo Edson Bombonatti na direção da FE. No dia 26, assumiu o cargo de vice-diretor da Faculdade de Medicina (FM) do campus de Botucatu o professor Luiz Antônio Vane. Com mandato até 16 de agosto de 1992, Vane ocupa o lugar que anteriormente pertencia à professora Dinah Borges de Almeida, atual diretora da unidade. Todos foram empossados pelo reitor Paulo Milton Barbosa Landim, em solenidades realizadas na Reitoria, na presença do vice-reitor Arthur Roquete de Macedo e de diversos membros da comunidade.

Para a FE, a posse dos professores Araújo e Corrêa se reveste de extrema importância, já que esta é a primeira diretoria formada por docentes da unidade. A Faculdade foi criada juntamente com a UNESP, em 1977, uma unidade jovem portanto, que não possuía até então condições de indicar seu diretor ou mesmo de formar seus departamentos nos moldes do estatuto. "Atravessamos um longo período de preocupação com o campus de Ilha Solteira, que se encerra hoje", afirmou

o reitor. "A partir de agora, com uma nova diretoria escolhida pelo campus, a FE vai ser tratada como qualquer outra", completou.

Segundo o diretor Nélson de Araújo, o momento da posse foi histórico: "Nós, que começamos com a UNESP em Ilha, pudemos vê-la crescer e agora se concretizar", disse. "Temos o respaldo da comunidade e poderemos adequar a FE, paulatinamente, ao novo estatuto." Para o vice-diretor, o primeiro passo é dar continuidade ao desenvolvimento da unidade no que diz respeito ao ensino, pesquisa e extensão: "Devemos dar ênfase à melhoria da titulação dos docentes, promover intercâmbios e também uma interação maior entre a Faculdade e a comunidade", explicou o professor Luiz Corrêa.

FACULDADE DE MEDICINA

O vice-reitor Arthur Macedo, ex-diretor da FM, afirmou, na ocasião da posse do professor Luiz Antônio Vane, acreditar muito em sua administração, auxiliando a professora Dinah. "Ex-aluno da Faculdade, Vane não poupou esforços em sua dedicação ao ensino e à pesquisa", lembrou. Para Vane, o importante será não perder de vista a política integral de recursos humanos, visando melhores condições para funcionários, docentes e alunos. "Assumo a vice-diretoria representando a vontade da comunidade e com a responsabilidade de não desapontá-la", ele finalizou.

VISITA

A UNESP, mais próxima a Quebec

Um convênio de cooperação entre a UNESP e a Universidade de Quebec, no Canadá, que possibilitará a troca temporária de docentes, pesquisadores e também de experiências. Este foi o saldo da visita dos professores Jacques L'Écuyer e Serge Lapointe, respectivamente vice-presidente de ensino e pesquisa e diretor de cooperação e desenvolvimento internacional daquela entidade, no último dia 19 de julho.

Os professores foram recebidos na Reitoria pelo reitor, Paulo Milton Barbosa Landim, e pelos pró-reitores de Pós-Graduação, Antônio Manoel dos Santos Silva, e de Extensão Universitária e Assuntos Comunitários, Carlos Ruggiero. Na oportunidade, os professores canadenses puderam conhecer melhor a UNESP e expor as principais características de sua universidade, também multicampus. À tarde, L'Écuyer e Lapointe visitaram o campus de Rio Claro, onde se concentraram suas áreas de maior interesse: ecologia e biotecnologia.

Visando à concretização do convênio, que deve ser assinado ainda este ano, as duas universidades deverão relacionar, durante os próximos meses, as áreas em que têm interesse em obter cooperação. A Universidade de



L'Écuyer e Lapointe, de Quebec: intercâmbio

Quebec se dispõe a colaborar com a UNESP na melhoria do ensino e da pesquisa, nas áreas de ciências ambientais, história, tradução, semiologia, lingüística e produção vegetal e aquática. Em contrapartida, a UNESP cooperará nos campos das ciências ambientais, da produção vegetal e aquática e ainda em odontologia e medicina. "Este convênio permitirá que a UNESP receba especialistas canadenses para atuar aqui, durante um ano, e vice-versa", explica o professor Antônio Manoel.

AGENDA

ARAÇATUBA

- 01/09 a 30/11. Palestras: "Campanha dos Bons Dentes". Promoção do Departamento de Odontologia Social.
- 12/09. "Conferência sobre Alcoolismo". Promoção do Departamento de Patologia.
- 15 a 23/09. Curso: "Elementos e Técnicas de Correspondência Oficial". Promoção da Comissão Especial dos Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento.
- 30/09 a 01/10. Cinema: "Memórias do Cárcere", de Nelson Pereira dos Santos. Promoção da Associação dos Servidores do Campus de Araçatuba.

ARARAQUARA

- 11 a 22/09. Palestra e filmes na FCL: "Lutas de Libertação na América Latina". Promoção do Cine Clube do campus.
- 25 a 29/09. Palestra: "Presença Negra na Língua e na Literatura". Promoção do Departamento de Literatura e Lingüística da FCL.

ASSIS

- 11/09 a 11/11. Seminário sobre o Ensino de Italiano nos Centros de Ensino de Línguas do Estado. Promoção do Departamento de Letras Modernas.
- 15/09 a 20/11. Eventos artísticos: shows musicais e teatro. Promoção do Centro de Estudos Literários.
- 16/09. Peça de teatro: "Tio Vânia", de Anton Tchecov. Promoção do Diretório Acadêmico.
- 19 a 21/09. Conferência: "1º Ciclo de Estudos Antigos e Medievais". Promoção do Departamento de História.
- 19 a 22/09. Palestra: "II Ciclo de Conferências sobre os Judeus". Promoção do Centro de Estudos Históricos.
- 20/09. Mesa-redonda: "A Questão do Livro Didático". Promoção do Instituto de Estudos Vernáculos.
- 25/09. Audição: "30 Anos de Bossa Nova." Promoção do Centro de Estudos Históricos.
- 28/09. Concerto: "Trio São Paulo". Promoção do Departamento de Educação.
- 29/09. Conferência: "A Busca do Sagrado Através do Inconsciente". Promoção do Centro de Estudos Psicológicos.

BAURU

- 22/09. Palestra: "A História da Fotografia no Brasil". Promoção do Departamento de Artes da FAAC.
- 26 a 29/09. "I Semana de Estudos em Educação Especial", na FC. Promoção do Departamento de Psicologia.

BOTUCATU

- 01/09. Show Musical: "Grupo Beija". Promoção da Comissão Setorial, do IB.
- 04 a 08/09. Atividades Culturais da III Semana Agropecuária de Botucatu, na FCA. Promoção do Diretório Acadêmico Agronomia.
- 14/09. Recital de Piano, com João Carlos Parreira. Promoção da Comissão Setorial Cultural, do IB.
- 19 a 29/09. Oficina de Dança "Energia". Promoção do Centro Acadêmico da Faculdade de Medicina.
- 22/09. Festival Ecológico "Vida e Morte, Grite Vida à Natureza". Promoção do Centro Acadêmico da Faculdade de Medicina.
- 25/09. "I Semana de Estudos de Pedagogia", no IB. Promoção do Departamento de Educação.
- 25 a 29/09. Dança: "Grito da Amazônia", com Grupo Stagium. Promoção da Comissão Organizadora da V Semana de Biologia, do IB.

FRANCA

- 12 a 15/09. Palestras: "O Ciclo Básico: Problemas e Possíveis Soluções".

- Promoção do Departamento de Educação.
- 25 a 29/09. Painel: "VIII Semana da História". Promoção do Departamento de História Social, Política e Econômica.
- 27/09. Mesa-redonda: "A Problemática da AIDS". Promoção do Departamento de Serviço Social.

ILHA SOLTEIRA

- 18 a 23/09. "X Semana de Engenharia". Promoção do Grêmio Estudantil da Engenharia Civil (GEEC).
- 18 a 23/09. Palestra: "VII Semana da Agronomia". Promoção do Departamento de Agricultura.

MARÍLIA

- 11 a 15/09. Curso de Relações Humanas: "Exposição e Dinâmica de Grupo". Promoção da ASUNESP local e Biblioteca Central.
- 15/09. Show Musical: "Chico Esperança e Banda". Promoção do Diretório Acadêmico "XV de Março".
- 15 a 16/09. II Oficina Teatro-Educação. Promoção do Departamento de Didática, Sociologia e Antropologia.
- 15 a 17/09. Concerto: "Banda Infantil de Deficientes Auditivos". Promoção do Centro de Orientação Educacional.
- 21 a 22/09. Mesa-renda: "III Ciclo de Debates professora Zilda Féres". Promoção do Departamento de Administração e Supervisão Escolar.
- 23/09. Festa do Verde, com Grupo Moxotó. Promoção da ASUNESP local e Biblioteca Central.
- 23/09. Debate: "Vídeo e Educação". Promoção do Departamento de Didática.

PRESIDENTE PRUDENTE

- 04 a 09/09. Seminário: "Produção e Recepção de Textos: A Arte e Habilidade de Expressar-se". Promoção do Departamento de Planejamento e Cartografia.
- 15, 16, 19 e 20/09. Ciclo de debates: "Arte, Conhecimento e Verdade". Promoção do Departamento de Educação.

RIO CLARO

- 16/09 a 30/11. Oficina: "Difusão Cultural do Cross-Country". Promoção do Departamento de Educação Física, do IB.
- 24 a 30/09. Curso: "Semana de Estudos Geológicos do Estado de São Paulo". Promoção do Departamento de Petrologia e Metagenia, do IGCE.
- 25 a 29/09. Curso de Extensão Universitária de Educação Ambiental. Promoção do Centro de Estudos Ecológicos, do IB.
- 25 a 30/09. Exposição: Semana de Estudos Geográficos. Promoção do Centro de Estudos Geográficos, do IGCE.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

- 08 a 10/09. Encontro do Centro de Estudos Semióticos J. A. Greimas. Tema de mesa-redonda: "Figurativização". Promoção do Departamento de Letras Vernáculas.
- 18 a 19/09. Exposição: "A Semiótica Russa". Promoção do Centro de Estudos de Engenharia de Alimentos.
- 18 a 19/09. Exposição: "A Semiótica Russa". Promoção do Departamento de Letras Vernáculas.
- 18 a 22/09. Palestras: "III Semana de Engenharia de Alimentos". Promoção do Centro de Estudos de Engenharia de Alimentos.

SÃO PAULO

- 6, 13, 14, 20, 21, 27, 28/09, 4 e 5/10. Curso de extensão: "Introdução à História da Música dos Judeus", ministrado pelo professor Israel Adler, da Universidade Hebraica-Jerusalém, de Israel. No Instituto de Artes.

Pró-Reitoria de Pós-Graduação está estruturada

Fruto do novo Estatuto da Universidade, a Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (que sucedeu à antiga Câmara Central dessa área) vai se organizar em cinco setores. Nesta entrevista, o pró-reitor Antônio Manoel dos Santos Silva, professor do IBILCE-São José do Rio Preto, conta como será a atuação do novo órgão.



O professor Antônio Manoel

Jornal da UNESP — O que significa para a Universidade a mudança da Câmara Central de Pós-Graduação e Pesquisa para uma pró-reitoria dessa área?

Antônio Manoel dos Santos Silva — Em primeiro lugar, a Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa é muito mais ampla e tem maiores responsabilidades que a Câmara Central de Pós-Graduação e Pesquisa. A Câmara, praticamente, cuidava somente dos assuntos relativos a cursos e programas de pós-graduação e, por delegação do CEPE — Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária —, trabalhava também com equivalências de títulos de docentes, títulos de mestrado e doutorado em universidades do país e estrangeiras. A Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa vai cuidar de tudo que diz respeito à investigação científica, à produção científica da Universidade. Essa amplitude se exemplifica de uma maneira muito simples se considerarmos que a pós-graduação é um programa de ensino e de formação de docentes e pesquisadores de alto nível e a Pró-Reitoria engloba isso e mais o acompanhamento e a avaliação da pesquisa que se realiza na Universidade.

JU — A Pró-Reitoria já existe há uns três meses. Para que sentido já se encaminhava essa amplitude em sua atuação?

Antônio Manoel — A Pró-Reitoria, nestes três meses, realizou estudos para se organizar em termos de setores de atuação,

coisa que não havia antes. Chegamos a cinco domínios de atuação. O primeiro é o de Capacitação Docente, que envolve problemas de bolsas, de auxílios viagens, de agências de fomento à pesquisa; um segundo setor é o de Cooperação Externa, que vai cuidar da parte de convênios com instituições nacionais e estrangeiras e bolsas de estudo no exterior; o terceiro é o de Acompanhamento e Avaliação da Pesquisa, um setor que está em estreita relação com a CPRT — Comissão Permanente de Regime de Trabalho —, que acompanha os trabalhos em andamento e também dá apoio para as programações científicas da Universidade em termos de pesquisa; o quarto setor, de Eventos Científicos, deverá cuidar da promoção de eventos institucionais de pesquisa e de pós-graduação; e o último setor é o de Administração de Serviços, que cuidará da rotina dos processos de criação e implantação de cursos, equivalência de títulos, enfim, a parte burocrática; esse setor procurará também ampliar a divulgação científica da UNESP.

JU — Como está sendo agilizada essa divulgação?

Antônio Manoel — Essa é a novidade no setor de Administração de Serviços. Estamos estabelecendo meios de aproveitar a própria estrutura da Fundunesp e algumas propostas de editoras de livros científicos para publicação em co-edição com a Uni-

versidade. Há também outras formas que a gente pode mobilizar, como apoio de empresas particulares. Já estamos entrando em contato com bancos nacionais e internacionais.

JU — Nos últimos anos, a pós-graduação na UNESP teve, em termos de aparecimento de novos programas, novos cursos, um crescimento formidável. Como a Pró-Reitoria vê esse crescimento e qual sua posição com relação ao surgimento de novos programas daqui para a frente?

Antônio Manoel — Existe uma história na pós-graduação da UNESP. Sem dúvida, isso é uma coisa incontestável, a UNESP foi a universidade brasileira que mais cresceu em pós-graduação de quatro anos para cá. Ela praticamente duplicou os programas de pós-graduação de 85 para 88. Os problemas que a gente tem em pós-graduação na Universidade são problemas relativos ao período anterior a 85.

JU — Como se deu essa expansão?

Antônio Manoel — Em fins de 85, começo de 86, começou a haver uma política de criação de cursos de pós-graduação. Essa política envolvia a capacitação do grupo que se propunha a criar o curso, o chamado grupo emergente, e as condições mínimas, físicas e administrativas, para a implantação do curso. Diante disso, os cursos eram aprovados pela Câmara Central de Pós-Graduação, pelo CEPE e pelo C.O. Esses

cursos criados entre fim de 85 e 88 passaram por um crivo de análise.

JU — E hoje...

Antônio Manoel — Esse procedimento continua hoje e, talvez, com mais rigor do que antes. Acontece que a UNESP só recentemente anda descobrindo seu potencial, em termos de pesquisa, de produção científica, e os grupos que se encontram em condições de oferecer cursos de pós-graduação andam apresentando projetos. Esses projetos passam outra vez pelo crivo da Câmara, que hoje é a Comissão Central de Pós-Graduação e Pesquisa, e pelo CEPE. Mas, atualmente, leva-se em consideração dois documentos: "Para uma política de Pós-Graduação na UNESP" e "Pós-Graduação na UNESP, Situação e Perspectivas", que dão as diretrizes da política de criação e implantação dos cursos de pós-graduação.

JU — Qual o peso da pós-graduação na produção científica da Universidade?

Antônio Manoel — 80 por cento da produção científica da UNESP dependem dos cursos de pós-graduação, direta ou indiretamente. Hoje, na UNESP, temos em torno de cem dissertações de mestrado defendidas por ano e sessenta teses de doutorado; 80 por cento dos docentes da Universidade estão envolvidos em programas de pós-graduação. Na realidade, é a pós-graduação que dinamiza a produção científica.

JU — Qual a contribuição que poderá ser dada pelos grupos acadêmicos para a expansão da produção científica?

Antônio Manoel — Eu espero que com a criação dos grupos acadêmicos a produção científica aumente muito mais porque cursos e unidades que não têm pós-graduação vão acabar, através dos grupos acadêmicos, aumentando a produção científica, tanto em quantidade como em qualidade. E, fatalmente, os grupos acadêmicos são núcleos que podem favorecer o surgimento de novas áreas de pós-graduação.

JU — Em que pé se encontra a pesquisa na UNESP, atualmente, e qual a atuação da pró-reitoria nesse setor?

Antônio Manoel — A produção científica de 86 para 87 foi 70 por cento superior na Universidade e esperamos que de 87 para 88 tenha sido maior ainda. A Pró-Reitoria existe não só para fazer com que a Universidade amplie sua pesquisa quantitativamente, mas atue no sentido de melhorá-la qualitativamente e de fazer com que se consolide as áreas de excelência que já existem na Universidade. Pelo CNPq, nós temos quatorze programas de excelência de pós-graduação e, provavelmente, esse número vai aumentar este ano.

TESES, DISSERTAÇÕES E CONCURSOS

DOCENTES

- **José Augusto Chaves Guimarães** (FFC-Marília): "A recuperação temática da informação em Direito do Trabalho no Brasil: propostas para uma linguagem de indexação na área." **Banca:** Johanna W. Smit, Isabel Maria R. Ferin Cunha e João Grandino Rodas. **Mestrado**, dia 29 de janeiro, na ECA/USP.
- **Carlos Aurélio Mota de Souza** (FHDSS-Franca): "A evolução do conceito de equidade e sua influência na jurisprudência." **Banca:** Alexandre Corrêa, Aloysio Ferraz Pereira, Maria Celeste dos Santos, Dalmo Dallari e Walter Moraes. **Doutorado**, dia 16 de junho, na USP.
- **Michel Saad Neto** (FO-Araçatuba): "Reimplante

- imediate de incisivos de ratos tratados com antibióticos associados ou não a corticosteróide. Estudo histológico." **Banca:** Ruy dos Santos Pinto, Tetuo Okamoto, Regis Alonso Verri, Elcio Marcantônio e Sylvio Alves de Aguiar. **Livre-docência**, dias 12, 13 e 14 de julho, na FO.
- **Edmur Aparecido Callestini** (FO-Araçatuba): "Reimplante mediato de incisivo de rato. Influência do aumento do tempo de imersão em solução saturada de hidróxido de cálcio. Estudo histológico." **Banca:** Ruy dos Santos Pinto, Tetuo Okamoto, Regis Alonso Verri, Elcio Marcantônio e Sylvio Alves de Aguiar. **Livre-docência**, dias 12, 13 e 14 de julho, na FO.
- **Paulo Sérgio Perri de Carvalho** (FO-Araçatuba): "Influência da

- curetagem e irrigação e/ou aplicação de 'Alveosan' sobre o processo de reparo em feridas de extração dental infectadas. Estudo histológico em ratos." **Banca:** Ruy dos Santos Pinto, Tetuo Okamoto, Regis Alonso Verri, Elcio Marcantônio e Sylvio Alves de Aguiar. **Livre-docência**, dias 12, 13 e 14 de julho, na FO.
- **Antonio Carlos Gaeta** (FCT-Presidente Prudente): "Acumulação e transformação do espaço urbano. O processo geral de formação dos shopping-centers em São Paulo." **Banca:** Claudette Barriguela Junqueira, Helena Kohn Cordeiro e Pasquale Petrone. **Mestrado**, dia 8 de agosto, na FFLCH/USP.
- **Marisa Spirandeli Crespi** (IO-Araçatuba): "Termodecomposição dos selenatos duplos de lantanídeos

- (III) de ítrio (III) e amônio".
 - Banca:** Massao Ionashiro, Ivo Giolito, Oswaldo Espírito Santo Gosinho, Moscardini D'Assunção e Cristo Bladimiro Melios. **Doutorado**, dia 10 de agosto, no IQ.
 - **Ana Maria Pires Soubhia** (FO-Araçatuba): "Estudo morfológico e histoquímico da glândula submandibular de ratos tratados com 'aguardente de cana'." **Banca:** Celso Martinelli, Ronaldo Maia Melhado, Lídia Sabbag Utrilla, Raphael Carlos Comelli Lia e Nevaldo Alle. **Doutorado**, dia 11 de agosto na FO.
- ### ALUNOS
- **Raul Antonio Fragoso Neto** (IB-Botucatu): "Contribuição ao estudo das vias bilíferas do Gambá (*Didelphis albiventris*)". **Banca:** Geraldo Seullner,

- Marilena Longo Büll e Arioaldo Antonio Martins. **Mestrado**, dia 6 de julho, no IB.
 - **Tomio Nonaka** (FO-Araçatuba): "Estudo da resistência de união metalocerâmica. Efeito do tipo de liga metálica e tratamento superficial". **Banca:** Celso Luiz de Angelis Porto, Hélio Ferraz Porciuncula, Aymoré Santos, Maria Amélia Máximo de Araújo e José Benedicto de Mello. **Doutorado**, dia 1º de agosto, na FO.
- ### CONCURSOS
- **Pedro de Andrade** (FCAV-Jaboticabal): **Banca:** Aristeu Mendes Peixoto, Carlos de Sousa Lucci, Vidal Pedroso de Faria, Flávio Baccari Junior e Vanildo Favoretto. Dias 22 e 23 de junho, na FCAV.

No ritmo tecnológico do Vale do Paraíba

Na FEG, ensino e pesquisa da melhor qualidade

Desde sua criação, em 1966, muita coisa mudou na estrutura da Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá (FEG), sobretudo a partir de 1976, quando passou a integrar o campus da UNESP. A partir daí, diversificou seus cursos e, em pouco tempo, transformou-se em indispensável fonte de mão-de-obra especializada para todo o Vale do Paraíba, um dos maiores pólos industriais do país.

Com um corpo docente composto inicialmente por ex-alunos do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), da vizinha São José dos Campos, a Faculdade passou a formar seu próprio quadro de professores e, em 1971, transferiu-se definitivamente para o local onde hoje se encontra, uma área de 175 mil m², a apenas 1 quilômetro do centro da cidade. Em 1983 e 1987, respectivamente, os cursos de Engenharia Civil e Engenharia Elétrica vieram se somar ao de Engenharia Mecânica, transformando sensivelmente o perfil da Faculdade. "Com o passar do tempo, foi crescendo a necessidade de se ampliar os cursos, para que pudessemos atender a uma demanda regional voltada para essas engenharias", afirma o diretor da FEG, professor Nelson Múrcia. Foi por essa razão ainda que, segundo ele, foi implantado este ano o curso de Física, oferecido apenas em nível de licenciatura. "Há também na região do Vale do Paraíba a necessidade da formação de professores de Física, para atender o 2º grau", considera.

MECÂNICA

Ao longo de seus 23 anos, a Engenharia Mecânica adquiriu uma potencialidade em termos de ensino

CONVÊNIOS

Disseminando o saber

Para evitar que o conhecimento acumulado nos departamentos da Faculdade fique restrito à própria Universidade, a FEG mantém diversos convênios com órgãos públicos e empresas privadas do Vale do Paraíba e com instituições estrangeiras, com as quais colabora em projetos ou estabelece intercâmbios científicos.

Desde o começo do ano, por exemplo, a Faculdade vem colaborando com a Prefeitura de Guaratinguetá no Plano Diretor da cidade, executando projetos na área de construção civil, principalmente moradias de baixo custo em bairros populares, prestando informações para vários setores da administração pública. "A contrapartida desse convênio prevê que a Prefeitura irá realizar no campus obras de terraplenagem, saneamento, abertura de ruas e asfaltamento", explica o diretor Nelson Múrcia.

Mais recentemente, no último dia 20 de julho, a UNESP assinou um convênio com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), visando a cooperação científica e tecnológica em áreas de interesse comum. Trata-se de um convênio que permitirá a participação de várias Unidades da UNESP. Para a FEG, a cooperação se dará sob a forma de um projeto conjunto na área de física do plasma. "O projeto, chamado de 'Feixe de íons', é pura tecnologia de ponta", garante Múrcia. Nesta mesma área está prevista a instalação de um curso de pós-graduação biinstitucional. Segundo o diretor, a Faculdade ficaria com a parte acadêmica do curso e o INPE, com a experimental.



O reitor e o diretor da FEG, Nelson Múrcia, assinam convênio com o INPE

e pesquisa que acabou por gerar o curso de pós-graduação, em duas áreas de concentração: Transmissão e Conversão de Energia, a partir de 1983, e na área de Projetos e Materiais, em 1985. "Seguramente, este é um dos melhores cursos do país", afirma, enfático, o diretor. Foi, inclusive, devido ao início da produção científica no campus que o próprio professor Múrcia pôde desenvolver uma importante pesquisa sobre um sistema de troca de calor, o "heat pipes" de altíssima condutibilidade térmica.

Além de mais de vinte grandes projetos em desenvolvimento na área de Mecânica fina, a pós-graduação da FEG está se abrindo para atender às necessidades da região, oferecendo, a partir deste mês, um curso de especialização na área de Engenharia de Segurança, com 20 vagas. Há também vários projetos em andamento na Engenharia Civil, como o levantamento geotécnico do solo do Vale do Paraíba, ainda hoje totalmente desconhecido.

Mesmo com apenas dois anos de existência, o curso de Engenharia Elétrica, "caçula" da FEG, já conta com uma boa estrutura de professores e, como explica o diretor Múrcia, passará, em breve, a contar com laboratórios de vanguarda na área de eletricidade, graças a um convênio assinado entre a UNESP e



Campus de Guaratinguetá: 175 mil m²



Professor Múrcia e o "heat pipes": pesquisa sobre troca de calor

o governo de Israel. Segundo informações da VUNESP, no último vestibular, este curso, com quarenta vagas, teve 410 inscritos, contra 177 e 369, respectivamente, nos cursos de Civil e Mecânica.

Por ser a região um dos maiores pólos tecnológicos do país, é prioridade da atual administração da FEG intensificar seu relacionamento com as indústrias e Institutos, através de convênio (ver matéria abaixo), e acompanhar os avanços tecnológicos com a capacitação de seus docentes. "Temos docentes fazendo doutorado, pós-doutorado e estágios na Alemanha, Itália, Inglaterra, Japão, Estados Unidos, Portugal e Bélgica, para atualizarem

seus conhecimentos", diz Múrcia.

Ao completar 23 anos de existência, em maio último, a Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá programou uma série de atividades, visando à divulgação do campus. Para estreitar relações com a comunidade e mostrar o que é desenvolvido em termos de ensino e pesquisa, foi realizada uma "Feira de Ciências", voltada para alunos de 1º e 2º graus, e organizada a exposição "Conheça a UNESP", com estandes representando as Unidades Universitárias. No mesmo espírito, está sendo preparado um jornal na Faculdade, pensado principalmente

para o vestibulando.

Um evento tradicional na FEG são os seminários promovidos pela Associação dos Docentes (ADUNESP) do campus local, realizados anualmente com o objetivo de funcionarem como um canal de divulgação de pesquisas que vêm sendo desenvolvidas nas universidades. Este ano, o X Seminário da ADUNESP Guaratinguetá, a ser realizado de 20 a 23 de novembro, irá apresentar trabalhos na área de Engenharia e suas Aplicações, reunindo profissionais e estudantes de várias partes do país e mesmo do exterior. Foram enviados à Associação um total de 76 trabalhos de pesquisas, vindos de universidades brasileiras, colombianas, mexicanas e até da Arábia Saudita. "Pre vemos que, deste montante, irão ser aprovados pelo menos 45 trabalhos", calcula o professor Edson Senne, coordenador científico do seminário. Para ele, através deste seminário, onde se esboça o desenvolvimento científico e tecnológico na área de Engenharia, a ADUNESP de Guaratinguetá tem um papel único, "contando com grande participação de docentes da UNESP, tanto deste campus, como de Ilha Solteira".

Outra programação que também pretende firmar-se como atividade anual na Faculdade é a Semana de Engenharia Civil. Neste mês, em seu segundo ano, a semana irá realizar-se de 14 a 18 e terá como tema "A ocupação do espaço urbano no Vale do Paraíba". "Foram convidados, para o evento, profissionais de renome nacional que proferirão palestras, cujos temas irão abordar desde a Engenharia e suas perspectivas político-administrativas, até questões relacionadas ao meio ambiente e ações predatórias", comenta o professor Enors Arneiro Nogueira da Silva, do departamento de Projetos e Construção Civil.

Adriana Machado

Na próxima edição, o perfil da Faculdade de Engenharia do campus de Ilha Solteira.

2º GRAU

Formação técnica

Especialização técnica em eletrônica, eletrotécnica e mecânica. É este, em síntese, o objetivo básico da Escola Estadual de 2º grau, mantida desde 1971 pela FEG, em caráter de Unidade Auxiliar.

Atendendo a mais de 400 alunos de várias cidades do Vale do Paraíba, o curso abre, anualmente, 180 vagas. Como explica o professor Alcyr Barreira, diretor da Escola, devido ao grande número de candidatos são feitos exames de seleção. "Este ano, por exemplo, tivemos mais de 600 inscritos", ele afirma.

Os cursos técnicos são equivalentes ao ensino de segundo grau, com duração de quatro anos. O último ano, para os alunos que assim o desejarem, é dedicado ao estágio profissional em indústrias da região. "Nossos alunos são freqüentemente procurados para realizarem estágios em seus quadros funcionais", diz Barreira. "E, em muitos casos, são contratados."

Todos os anos a Escola organiza uma feira de divulgação, com o objetivo de mostrar os trabalhos que são realizados por seus alunos. Nesta feira ficam expostos, por exemplo, cortadores de grama, barcos, moedas para cana, dispositivos eletrônicos e mini-estações de força. "Há uma proposta para que os melhores alunos ingressem nas respectivas áreas da Faculdade de Engenharia sem precisarem prestar o vestibular, ou seja, com acesso direto", lembra o diretor.

Além dos cursos de eletrônica, eletrotécnica e mecânica, a Escola Estadual de 2º grau tem um projeto já concluído para implantar em seu currículo um curso de informática e programação de dados.

FACULDADE DE ENGENHARIA

FUNCIONÁRIOS	Número total	199
GRADUAÇÃO		
CURSOS	Nº DE ALUNOS	
MECÂNICA	318	
CIVIL	142	
ELÉTRICA	113	
FÍSICA/LICENCIATURA	28	
TOTAL	601	
ESTRUTURAS DEPARTAMENTAIS		
DEPARTAMENTOS		
MATERIAIS E TECNOLOGIA		
MECÂNICA		
PRODUÇÃO		
ENERGIA		
ELETRICIDADE		
PROJETOS E CONSTRUÇÃO CIVIL		
MATEMÁTICA		
FÍSICA E QUÍMICA		
DOCENTES		
REGIME DE TRABALHO	Nº DE DOCENTES	
RDIDP	100	
RTC	11	
RTP	17	
TOTAL	128	

Campus de Guaratinguetá — Av. Dr. Ariberto Pereira da Cunha, n.º 333 CEP 12500 Guaratinguetá SP — Fone (0125) 22-2800